

Lute 14/9/76

SEculo 14.9.1976

«Carta aberta» e Comissão Provisória debatem Congresso dos Sindicatos

Os trabalhadores portugueses e o público em geral poderão assistir esta noite, na Televisão, a um importante debate sobre o Congresso dos Sindicatos, no qual participarão elementos da Comissão de Redacção da «Carta Aberta» e representantes da Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso, estrutura onde a orientação sindical da Inter detém completa hegemonia.

O debate terá lugar no programa «Terça à Noite», da

responsabilidade do jornalista Joaquim Letria, que será igualmente o moderador, e o seu início está previsto para as 22.10 horas, devendo prolongar-se por cerca de 50 minutos.

Em contacto estabelecido com as duas partes intervenientes no diálogo desta noite, fomos informados que ainda não haviam sido designados os dirigentes sindicais que estarão presentes, o que deverá ser feito ao princípio da tarde. Sabe-se, contudo,

que quer a Comissão de Redacção quer a Comissão Provisória se farão representar por dois elementos cada uma.

Recorda-se que o Secretariado da Intersindical recusou recentemente um «desafio» aos sindicatos da «Carta Aberta» no sentido de que as divergências entre ambos fossem discutidas publicamente na TV, antes da reunião geral de sindicatos do passado dia 4, onde foi «eleita» a referida Comissão Organizadora Provisória do Congresso.

«Terça-feira à noite» discute vida sindical

Como foi noticiado, nos últimos dias, a televisão transmite hoje, no programa «Terça-feira à noite», um debate sobre a vida sindical. Estarão presentes, ao que se julga, dois elementos da comissão já contactada por «Carta Aberta» e dois afectos à linha Intersindical.

Entretanto, e porque alguns jornais noticiassem que estariam presentes dois elementos da Intersindical, recebemos o seguinte comunicado: Surgiu em vários órgãos de Comunicação Social a informação de que no programa da RTP «Terça-feira à noite», do próximo dia 14 do corrente, iriam estar presentes dois elementos do Secretariado da Intersindical Nacional, em representação da Central Única dos Trabalhadores Portugueses. Esclarece-se que quem estará presente no referido programa, serão elementos representando associações sindicais que integram a Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses, eleita na reunião geral de sindicatos realizada no passado dia 4 de Setembro.

Portanto, resta aguardar (já que nada temos a acrescentar ao que nos informam)...

15 Jan - 14/9/76

**«INTER»
PARTICIPA
NO DEBATE
TELEVISIVO
(PROGRAMA
«TERÇA-FEIRA
À NOITE»)
SOBRE
CONGRESSO
SINDICAL**

Um dos membros do Secretariado da Intersindical Nacional garantiu, ontem, a «O Primeiro de Janeiro», que a «Inter» se fará representar, hoje, no programa «Terça-Feira à Noite» (às 21h30), transmitido pela R.T.P., que tratará de aspectos relacionados com o Congresso dos Sindicatos e os inconvenientes resultantes do facto dos trabalhadores, divididos a nível de cúpula, se encontrarem inscritos em organizações sindicais que, mais que antagónicas, se completam.

Após vários dias de especulação, por parte de determinados órgãos, a Intersindical Nacional estará, hoje, presente naquele programa, facto que também nos foi confirmado pelo jornalista Joaquim Letria, director de «O Jornal», responsável pelo programa «Terça-Feira à Noite» e seu moderador. De acordo com as informações que recolhemos, serão dois — e não um — os representantes do Secretariado da «Inter», hoje, na R.T.P., em debate que promete, sobretudo para o esclarecimento público que aos trabalhadores é devido, juntamente com outros tantos elementos da redacção da «Carta Aberta».

Entretanto, uma terceira força sindical, que engloba representantes das forças revolucionárias ligados a U.D.P., M.E.S., P.R.P. e P.C.P. (R.), que participou no plenário efectuado há duas semanas, em Lisboa, no Instituto Superior Técnico, não foi convocada para comparecer naquele debate, ausência que não belisca o interesse que o confronto desta noite está a despertar em todo o país.

CAPITAL
14/9/1976

**INTERSINDICAL
RECTIFICA
PRESENÇA
EM «TERÇA-FEIRA
À NOITE»**

ASSINADO pela Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso, foi distribuído um comunicado referindo a notícia surgida «em vários órgãos de comunicação social» de que no programa «Terça-Feira à Noite» de hoje iriam estar presentes dois elementos do secretariado da Intersindical Nacional, em representação da central única dos trabalhadores portugueses.

O comunicado esclarece que quem estará presente no referido programa serão elementos representando associações sindicais que integram a Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso de todos os sindicatos portugueses, eleita na reunião geral de sindicatos realizada no passado dia 4 de Setembro.

9 de Setembro
74 de Setembro de 1976

**CNOP
E NÃO INTER
NA RTP**

Contrariamente ao que foi informado por vários Órgãos da Comunicação Social estarão hoje presentes, no programa da RTP, «Terça-Feira à Noite», não dois elementos do Secretariado da Intersindical Nacional, mas sim representantes das Associações Sindicais que integram a Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses, eleita no passado dia 4.

PUB.

Diário 14/9/76

**SINDICATO DOS ELECTRICISTAS
DO SUL**

ALERTA CAMARADAS

Chegou ao nosso conhecimento que em algumas empresas, camaradas do nosso Sindicato têm sido solicitados no sentido de subscreverem um comunicado acompanhado de abaixo-assinado onde se fala do Congresso dos Sindicatos e que é da responsabilidade das Direcções Sindicais dos Escritórios (Lisboa, Porto e Faro), Bancários do Sul, Motoristas do Porto e Metalúrgicos de Aveiro.

Consideramos que se está em presença de uma intromissão, na vida do nosso Sindicato, que é tanto mais grave porquanto se desconhece a finalidade das assinaturas, **arrebanhadas sem discussão**, sobre um assunto que é da máxima importância para os trabalhadores.

Alertamos os camaradas de que a preparação do Congresso dos Sindicatos é para ser discutida democraticamente em todos os locais de trabalho. A manobra de que se está em presença é **uma forma antidemocrática de**, através de bonitas frases como: Unidade, Democracia, etc., acorrentar os trabalhadores mais desprevenidos às posições, dessas Direcções Sindicais, já repudiadas por 170 Direcções Sindicais no passado dia 4. (Por sinal, nesta reunião do dia 4 as Direcções responsáveis pelo abaixo-assinado não compareceram deliberadamente, para discutir **democraticamente** as divergências no Movimento Sindical, apesar de a isso se terem comprometido, por unanimidade, no Plenário de Sindicatos do dia 29 de Julho de 1976).

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os Delegados Sindicais da Região de Lisboa para uma reunião a realizar na próxima sexta-feira **dia 17** pelas 20 horas e 30 minutos no Sindicato (Av.º Almirante Reis, 74-G-4.º.)

Com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:
- Informações sobre o andamento dos trabalhos para o Congresso de todos os Sindicatos Portugueses.

A DIRECÇÃO

O diálogo é a arma da democracia

JUN 50
14/9/76

Se lançarmos hoje um olhar sereno sobre os acontecimentos ocorridos posteriormente ao 25 de Abril, tendo em conta o papel das várias forças políticas em presença, detectaremos com nitidez a estratégia seguida pelo Partido Comunista com o objectivo da tomada do poder por meios não respeitadores da vontade popular.

Nessa estratégia global avultam as políticas sectoriais nos domínios-chaves que asseguram efectivamente o controlo sobre a colectividade. E em muitos casos depararemos com situações curiosas, em que aquele partido, mostrando invulgares capacidades de previsão, persistência, disciplina e um forte apoio logístico fornecido do exterior, já muito antes do 25 de Abril se preparara para a fase seguinte à queda do fascismo.

Foi assim que, por entre as hesitações, verbalismos estereis, esquerdismos inconsequentes e alguma incompetência, reinantes nas forças democráticas, o PCP pôs rapidamente a sua máquina em funcionamento tomando de assalto os órgãos de informação, penetrando e manipulando o escol militar representado pelo MFA, apoderando-se das autarquias locais, infiltrando-se em todo o aparelho de Estado.

E tudo isto com uma dominante implantação ao nível nacional, como veio a atestar-se nas eleições realizadas.

Através dos meios de comunicação «conquistados», o PCP poderia lançar, como lançou, uma campanha de propaganda mistificadora, através de slogans estudados em laboratório, de modo a eliminar a possibilidade de opção política dos portugueses. Gritava-se: «o Povo está com o MFA»!

Mas o povo era identificado com o PCP, e a breve trecho tínhamos o MFA a reboque do povo, logo do PCP.

No âmbito desta estratégia era obviamente indispensável identificar o «povo trabalhador» ou «a classe operária» com o PCP.

Para isso lá estava, como ainda está, a Intersindical, cuja docilidade ao PCP é por demais evidente.

A Intersindical falava em nome dos trabalhadores; mas representava o PCP. Tanto bastava para que este pudesse usar a chantagem sobre os militares e todos os que se opunham à sua escalada, sempre em nome dos trabalhadores.

Artilhado com todo este potencial, bélico e ideológico, o PCP pôde efectivamente dominar os acontecimentos que marcaram os dois anos decorridos após o 25 de Abril. É certo que não tomou, em definitivo, o poder. As eleições de 25 de Abril de 1975 e a resistência sistemática que a partir dessa data se organizou, cortaram-lhe o passo. Mas a sua influência deixou sequelas cuja importância em termos de estratégia global do imperialismo soviético está longe ainda de poder ser avaliada em termos correctos.

Seja como for a partir do verão de 1975 o PCP foi «largando» as suas «conquistas». Perdeu as Forças Armadas, o monopólio da informação — muito embora continue a dominar importantes meios de comunicação — perdeu a hegemonia no aparelho de Estado, foram-se-lhe algumas autarquias locais, etc.

Continua, porém, bem instalado em certas zonas do poder, nomeadamente no meio sindical. Com efeito, através da Intersindical e da lei da unidade — autêntica traição à liberdade de associação dos trabalhadores — o PCP tem-se permitido monopolizar a voz daqueles e tem-o feito, como é seu hábito, com enorme arrogância, que sem-dúvida intimida grande número de trabalhadores e até sindicatos, logo arruaceiramente acusados de traidores, lacaios da burguesia (etc.), quando não se mostrem obedientes à cúpula da Inter.

Mas como não podia deixar de ser, também neste domínio chegou a contestação.

Em face, dela, a cúpula intersindicalista resistiu, usou de vários processos para calar os recalitrantes; sem êxito.

E acabou por cometer um erro que, perdoe-se-nos o palpite, lhe poderá ser fatal: sujeitar-se ao debate público com os sindicatos democráticos, perante as câmaras da televisão.

(Continua na pág. 16)

Proença de Carvalho

O diálogo é a arma da democracia

(Continuação da pág. 1)

Os trabalhadores portugueses vão, assim, ter possibilidades de assistir ao confronto das duas teses. Tal como um dia aconteceu poderemos assistir — recordam-se? — ao debate entre Cunhal e Soares.

Ora, o forte dos pêncipistas não é propriamente o diálogo e o confronto aberto e tolerante de ideias. Logo à noite, veremos o resultado.

Proença de Carvalho



Congresso dos Sindicatos

A preparação do Congresso dos Sindicatos está a ganhar novo alento, uma vez que os próprios trabalhadores se começam a interessar directamente pelo assunto.

Assim, é de realçar a resolução dos trabalhadores da UTIC que, reunidos em plenário, decidiram exigir que as direcções dos sindicatos, em que estão filiados, venham aos locais de trabalho discutir tão importante problema e divulguem toda a documentação existente sobre o congresso.

Por outro lado, deve-se também destacar a decisão dos delegados sindicais dos Sindicatos de Vestuário, Lavandarias e Tinturarias do Porto, de que «no congresso de todos os sindicatos portugueses participem, para além das direcções sindicais, também trabalhadores eleitos para esse fim».

Paralelamente a estas posições, ligadas ainda com o congresso, duas reuniões importantes se realizaram: assembleia geral do Sindicato dos Têxteis de Lisboa, onde se salientou a necessidade da unidade dos trabalhadores e da reestruturação da Inter. A outra realizou-se no Algarve,

onde dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira afirmaram: «Chegámos à conclusão de que a Intersindical está disposta a seguir a sua política sindical sectária e que, portanto, não está na disposição de dar qualquer abertura seja a quem for.»

Finalmente, para destacar a importância do mesmo congresso, vemos que muitos sindicatos fizeram imprimir números especiais a ele relativos.

É no seguimento desta posição que o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, no seu boletim «O Fuso», publicou uma edição «especial n.º 1». Dai retirámos palavras do dirigente Manuel Lopes, proferidas no I Congresso da Intersindical: «Será a democracia ir decidir o voto na urna de quatro em quatro anos, para depois termos de ouvir os intermináveis discursos eruditos e reaccionários dos senhores doutores? Ou é decidirmos nós próprios sobre os assuntos que nos dizem respeito a todos? Será democracia das cúpulas ou democracia das bases?»

FRANCISCO MAXIMO

Onof
14/11/76

O Governo vai introduzir alterações às leis do trabalho

O Governo vai introduzir algumas alterações pontuais na legislação de trabalho em vigor, anuncia uma nota oficiosa do Ministério do Trabalho.

Nesse sentido, o Ministério do Trabalho tem em vias de conclusão projectos de decretos-leis sobre diversas matérias, sobre as quais os sindicatos e as comissões de trabalhadores são chamados a pro-

nunciar-se no prazo de quinze dias. Igualmente, as associações patronais ficam habilitadas a pronunciar-se sobre o regime jurídico das matérias em questão.

A nota oficiosa do Ministério do Trabalho é do seguinte teor:

«Estabelece a Constituição da República Portuguesa a participação dos trabalhadores através das suas organizações

profissionais e a elaboração da legislação do trabalho, artigos 56.º e 58.º.

Residindo o poder legislativo na Assembleia da República, é junto desse órgão de soberania, através das suas comissões especializadas que a participação organizada dos trabalhadores se pode e deve fazer.

Reconhecendo-se a necessidade urgente de o Governo,

desde já, de acordo com o seu programa e dentro da sua competência, introduzir algumas alterações pontuais na legislação de trabalho em vigor e legislar sobre matérias não reservadas à Assembleia da República, o Ministério do Trabalho tem em vias de conclusão projectos de decretos-

(Continua na 7.ª página)

Nota oficiosa do M. T.

(Continuado da 1.ª página)

-leis sobre as seguintes matérias:

1— Alterações parciais ao Decreto-Lei n.º 164-A/76, sobre regulamentação colectiva de trabalho.

2— Transferência de gestão e regularização das empresas em autogestão.

3— Celebração de contratos a prazo.

4— Cessação, com justa causa, dos contratos de trabalho.

5— Trabalho rural.

6— Trabalho doméstico.

7— Trabalho de estrangeiros.

8— Revisão dos processos de afastamento compulsivo de trabalhadores das empresas, quando não tenha havido lugar a despedimento com justa causa.

Para que se obtenha a devida participação das organizações de trabalhadores, sindicatos e comissões de trabalhadores, em tempo que não retarde a elaboração dos com-

petentes projectos legais, vem por este meio procurar-se obtê-la no prazo máximo de 15 dias, através da entrega, no gabinete do ministro, de sugestões, propostas ou projectos de regulamentação jurídica sobre as referidas matérias.

As associações sindicais a quem tais matérias possam interessar poderão apresentar os referidos elementos, para o que lhes serão prestados, se necessário, esclarecimentos e facilitados os contactos junto do mesmo gabinete.

Também as associações patronais ficaram habilitadas a pronunciar-se sobre o regime jurídico das matérias indicadas, em razão do que serão igualmente recebidas as sugestões e contributos que pretendam formular no mesmo sentido.

Da participação dos interessados e da articulação dos elementos recebidos com a necessidade de consagrar soluções consentâneas com a justa percepção das realidades subjacentes às situações que tornam imperioso definir ou rever o respectivo regime jurídico, há-de resultar, por certo, o tratamento legal havido por mais adequado.»

14 SET. 1976

O Governo pede colaboração para novos decretos sobre relações de trabalho

A transferência de gestão e regularização das empresas em autogestão e as alterações parciais sobre regulamentação colectiva de trabalho encontram-se quase concluídas, segundo uma nota oficiosa do Ministério do Trabalho, cujo teor é o seguinte:

"Estabelece a Constituição da República Portuguesa, a participação dos trabalhadores através das suas organizações profissionais e a elaboração da legislação do trabalho, artigos 56 e 58.

Residindo o poder legislativo na Assembleia da República, é junto desse órgão de soberania, através das suas comissões especializadas que a participação organizada dos trabalhadores se pode e deve fazer.

Reconhecendo-se a necessidade urgente de o governo, desde já, de acordo com o seu programa e dentro da sua competência, introduzir algumas alterações pontuais na legislação de trabalho em vigor e legislar sobre matérias não reservadas à Assembleia da República, o Ministério do Trabalho tem em vias de conclusão projectos de Decretos-Lei sobre as seguintes matérias: 1 — Alterações parciais ao Decreto—Lei n.º 164-A/76 sobre regulamentação colectiva de trabalho; 2 — Transferência de gestão e regularização das empresas em autogestão; 3 — Celebração de contratos a prazo; 4 — Cessação com justa causa dos contratos de trabalho; 5 — Trabalho rural; 6 — Trabalho doméstico; 7 — Trabalho de estrangeiros; 8 — Revisão dos processos de afastamento compulsivo de trabalhadores das empresas quando não tenha havido lugar a despedimento com justa causa.

Para que se obtenha a devida participação das organizações de trabalhadores, sindicatos e comissões de trabalhadores, em tempo que não retarde a

elaboração dos competentes projectos legais, vem-se por este meio procurar obtê-la no prazo máximo de 15 dias através da entrega no Gabinete do ministro, de sugestões, propostas ou projectos de regulamentação jurídica sobre as referidas matérias.

As associações sindicais a quem tais matérias possam interessar poderão apresentar os referidos elementos, para o que lhes serão prestados, se necessário, esclarecimentos e facilitados os contactos junto do mesmo gabinete.

Também as associações patronais ficarão habilitadas

a pronunciar-se sobre o regime jurídico das matérias indicadas, em razão do que serão igualmente recebidas as sugestões e contributos que pretendam formular no mesmo sentido.

Da participação dos interessados e da articulação dos elementos recebidos com a necessidade de consagrar soluções consentâneas com a justa percepção das realidades subjacentes às situações que tornam imperioso definir ou reaver o respectivo regime jurídico, há-de resultar, por certo, o tratamento legal havido por mais adequado."

Sindicato dos Marinheiros Mercantes

COMUNICADO

O Sindicato dos Marinheiros Mercantes de Portugal, enviou o seguinte telegrama aos Sindicatos reunidos em Coimbra:

Camaradas,

Participámos nos 4 encontros de Coimbra havidos até hoje. E participámos porque concordámos com o seu espírito de unidade.

Afirmamos assim defender o seguinte:

- Necessidade de reforço dos Sindicatos.
- Reestruturação da Central Única tornando-a democrática e independente.
- Comissão Organizadora do Congresso representativo dos Sindicatos filiados e não filiados.
- Preparação do Congresso a partir dos locais de trabalho.
- Discussão das propostas pelos trabalhadores.

Foi neste espírito que nos encontramos em Coimbra com outros Sindicatos. Porém, à medida que se foi avançando muito se modificou.

- A primeira machadada foi a proposta de que como delegados ao Congresso só estariam membros dos Corpos Gerentes.
- A segunda foi de que as Direcções não se vinculariam às teses e propostas aprovadas em Assembleia Geral pelos sócios.

Estas duas propostas contrariam fundamentalmente a necessidade de participação dos trabalhadores no Congresso.

Aconteceu depois que se começou a verificar que quer o Projecto de Regulamento do Congresso quer a sua Comissão Organizadora segundo os Sindicatos presentes em Coimbra deveriam ser escolhidos por acordos com o Secretariado da Inter afastando assim os trabalhadores da sua discussão.

Por último passou-se numa posição de crítica em relação ao Secretariado da Inter e à sua actuação, para uma posição de contestar a Intersindical, como estrutura do Movimento Sindical. Concordamos com a posição de crítica ao Secretariado mas não aceitamos a contestação de uma Central Única.

Nós não confundimos a actuação por vezes contrária aos interesses dos trabalhadores do Secretariado da Inter eleito num Congresso Antidemocrático e não independente, com a Intersindical — Central Única dos Trabalhadores Portugueses, que devemos defender a todo o custo.

Pensamos por outro lado que as posições por vós defendidas ultimamente, nomeadamente a não comparência na Reunião Geral de Sindicatos, compromete seriamente a Unidade do Movimento Sindical, hoje mais necessário que nunca para responder à ofensiva patronal organizada na C. I. P. e aos projectos governamentais que estão em forja de revisão da Lei Sindical, da Lei da Greve, das leis dos despedimentos e da unidade na unidade.

Por todas estas razões não podemos mais participar nas vossas reuniões e no Encontro que se vai realizar dia 12 e 13 do corrente mês.

Estamos no entanto sempre abertos à discussão para a reestruturação da Central Única, Democrática e Independente como o fizemos na Reunião-Geral de Sindicatos no passado dia 4.

UM SÓ CONGRESSO, UMA ÚNICA CENTRAL DEMOCRÁTICA
E INDEPENDENTE

A DIRECÇÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO DISTRITO DE SANTARÉM

RUA 1.º DE DEZEMBRO, 64, 2.º — SANTARÉM

COMUNICADO

ALERTA TRABALHADORES

Actualmente, o movimento Sindical corre graves riscos de divisão, devido às lutas partidárias introduzidas no seio das organizações Sindicais.

Pod e continua a ser notória e descarada a acção cupulista de determinadas Direcções Sindicais, no sentido de se apoderarem do órgão máximo dos trabalhadores, a sua Central, que para ser eficaz na defesa dos interesses dos trabalhadores, deve ser única.

Tem-se notado mesmo uma luta tenaz entre os vários interesses em presença. Cada um procura chamar a si o maior número de Sindicatos, para assim se apresentar com mais força nas negociações de gabinete. E tudo em nome da democracia e da defesa dos interesses e da unidade dos trabalhadores!

Mas, os trabalhadores não devem ter ilusões. No fundo, o que se procura é colher dividendos políticos e partidários, servindo-se dos trabalhadores.

Com estas atitudes, o que ambas as correntes têm feito e estão a fazer, é cavar cada vez mais, a divisão do movimento Sindical.

Nós perguntamos: Será com traições aos trabalhadores e com negociações — ainda por cima nas suas costas — que se constrói a unidade no movimento Sindical? Será através de lutas partidárias, vendo só aquilo que os separa e esquecendo aquilo que os une, que os trabalhadores reforçam a sua unidade? A unidade do movimento Sindical só será possível quando os trabalhadores correrem com os traidores e impuserem a democracia nos seus órgãos de classe, e a partir da base, consciente, dinâmica, participativa.

Só os trabalhadores deverão ocupar, através de legítimos, honestos e sinceros representantes, os órgãos de união e defesa dos seus interesses, em luta e vigilância diária a os exploradores, os oportunistas, para que assim reforcem a sua unidade e não se am ludibriar pela agitação de falsas bandeiras.

Estamos perante uma situação que devemos ser capazes de ultrapassar. Temos a responsabilidade histórica de sermos (ou não) covetores da unidade do movimento Sindical Português.

E atenção porque já não é só o Secretariado da Inter que se pretende criticar. É certo que muitas das acções da Inter foram sectárias e golpistas. Mas o que os inimigos dos trabalhadores pretendem é o desmantelamento de todo o movimento Sindical Português; é dividir os trabalhadores para os explorar sem oposição. E algumas das atitudes, como a dos signatários da chamada «carta aberta» não vêm senão favorecer os intuitos dos que desejam a divisão e o desmembramento dos trabalhadores. Essas atitudes favoreceram e favorecem o crescimento de condições que permitem ao capitalismo e ao imperialismo semear a divisão dos Sindicatos; criar os Sindicatos paralelos e, se nós consentirmos, formar outras centrais Sindicais.

Só nós, trabalhadores, poderemos impedir que tal nos aconteça. Neste momento ser revolucionário e verdadeiramente Sindicalista é opor-se à divisão do movimento Sindical, à cisão dos trabalhadores.

Com tudo o que atrás dissemos, julgamos bem alertar todos os trabalhadores contra as manobras traiçoeiras que se estão a realizar nas suas costas.

Alertamos ainda os trabalhadores para que participem, activamente, nas discussões do Congresso e não deixem que sejam outros a discutir-lo.

Congresso feito com cada um dos trabalhadores, por cada um de nós, e não por cúpulas dirigidas, dirigistas ou iluminadas!

EM FRENTE COM O CONGRESSO DEMOCRÁTICO!

EM FRENTE PELA UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL!

Santarém, 8 de Setembro de 1976.

A DIRECÇÃO

União dos Sindicatos de Évora / Intersindical

Alcarrôva de Cima, 1-A, 1.º — EVORA

COMUNICADO

A importante questão da Universidade de Évora — que é a Universidade do Alentejo, ou do Sul — vem merecendo aos Sindicatos e outras forças vivas da região, um interesse crescente, de tal modo que, na fase actual, se afirmam dispostos a não tolerar a implantação, no Alentejo, de estudos Superiores que não se revelem, inequivocamente, de cariz progressista, ao serviço das classes trabalhadoras.

Estando em curso o progresso de integração no Instituto Universitário de Évora, criado pelo Governo de Caetano, da Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos — Bento de Jesus Caraça, criada após o 25 de Abril, verifica-se que, contra toda a expectativa, acaba de ser decidida, em Conselho de Ministros, uma forma de integração que não respeita posições anteriormente assumidas e que revela desprezo pelas atitudes dos próprios Sindicatos que, acompanhando o processo, tomaram sucessivamente posições sobre o problema.

A atitude prepotente do M.E.I.C. traduz, além de desprezo pela vontade dos trabalhadores, reforço de uma instituição universitária impregnada do fascismo como é o Instituto Universitário de Évora.

Em face disto, porque é aos trabalhadores que o problema da Universidade, diz respeito, os:

- Sindicato dos Profissionais de Comércio e Serviços do Distrito de Évora
- Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora
- Sindicato dos Trabalhadores Electricistas do Sul — Delegação de Évora
- Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Alentejo
- Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Évora
- Sindicato dos Seguros do Sul — Secção de Évora
- Sindicato dos Operários da Construção Civil, Pedreiras, Serração de Madeiras e Carpintaria Mecânica do Alentejo
- União dos Sindicatos de Évora / Intersindical
- Secretariado das Comissões de Moradores de Évora
- Intersindical Nacional

deliberaram, em reunião convocada para o efeito, além de outras formas de intervenção, solicitar, urgentemente, uma audiência ao Ministro da Educação e Investigação Científica através do telegrama cujo texto se junta.

«TELEGRAMA

Ex.º Sr. Senhor Ministro da Educação e Investigação Científica — Rua 5 de Outubro — Lisboa

Perante a recente deliberação do Conselho de Ministros relativamente à Escola Bento de Jesus Caraça a qual atinge profundamente os interesses dos trabalhadores por afrontar directamente a importante e inadiável questão de se criar no Alentejo uma Universidade de facto ao serviço dos trabalhadores. Solicitam V. Ex.ª com a maior urgência uma audiência a fim de debaterem o problema solicitando, entretanto a suspensão do diploma respectivo STOP. Efectivamente o Instituto Universitário de Évora, tal como está a ser estruturado provoca o mais vivo descredito e desconfiança por se revelar uma tentativa de implantação no Alentejo do aparelho fascista da educação pretensamente retonificada pelas reformas Veiga Simão e por outro lado o processo preconizado para a integração dos ensinos da Escola Bento de Jesus Caraça faz abortar a perspectiva criada através da instituição desta Escola para a edificação da Universidade que o povo Alentejano realmente carece e deseja STOP. Permanentemente atentos ao problema e à sua evolução os signatários sublinham a sua extrema gravidade afirmam-se profundamente mobilizados na luta por uma verdadeira Universidade no Alentejo contra todas as formas de falsas culturas por mais subtis ou mascaradas de criação de uma Universidade em Évora veiculadora do pensamento fascista ou fascizante e manifestam desagrado preocupante a esse Ministério e que poderá significar pretender lançar iniciativas cozinhas em gabinetes e no alijamento pela vontade dos verdadeiros interessados.»

Évora, 3 de Setembro de 1976

UNIAO DOS SINDICATOS DE EVORA
INTERSINDICAL

Ourives apresentam projecto para o congresso

O Sindicato das Industrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul, tornou publico o seu projecto de regulamento para o congresso democratico de todos os sindicatos portugueses.

Com este, somam agora quatro o numero de projectos apresentados por alguns sindicatos, entre eles, Federaçao dos Têxteis, Sindicato dos Rodeviários de Setúbal, Secretariado da Intersindical e Ourives.

Deste projecto destacamos, no primeiro paragrafo sob epigrafe «Composiçao e representaçao», os artigos dois e tres. O primeiro diz que «A representaçao dos sindicatos sera de pelo menos tres delegados dos corpos gerentes, sendo a restante delegaçao assim constituída: a) dois representantes eleitos democraticamente de entre os socios se o sindicato representar até 5 mil trabalhadores e mais um por cada cinco mil ou fracçao». O segundo afirma que «Compete aos corpos gerentes de cada sindicato escolher entre os seus membros quais os que o representarao no congresso; a escolha dos restantes delegados sera feita em amplas assembleias de socios nos locais de trabalho ou de sectores, que elegerao mandatarios a uma assembleia eleitoral de delegados ao congresso, na qual, após discussao de todos os materias, serao eleitos, individualmente, os delegados na proporçao indicada no artigo anterior. Os representantes dos sindicatos serao sempre escolhidos de entre os socios, não podendo, em caso algum, ser funcionarios do sindicato.»

Neste paragrafo é de salien-

tar o artigo numero 2 e o modo democratico e representativo do sindicato no Congresso.

No que diz respeito à «Participaçao no Congresso», o artigo 7.º enumera quem pode assistir ao Congresso:

«Poderao assistir como convidados ao Congresso, embora sem nele participarem e desde que o solicitem:

«Comissões de delegados sindicais; Comissões de trabalhadores; Associações representativas de reformados; Associações representativas de Deficientes do Trabalho; Associações representativas de emigrantes».

«A Comissão Organizadora fará convites a todos os órgãos da Comunicação Social para assis-

tirem a todas as fases dos trabalhos do Congresso, de modo a que todos os trabalhadores portugueses acompanhem o desenvolvimento dos mesmos.

«Caberá à Comissão Organizadora fixar o número de representantes por cada uma das comissões ou organizações referidas no número anterior, até ao limite de 3 por cada.

«A Comissão Organizadora dará conhecimento às associações referidas nas alíneas, c), d) e e) do n.º 1 da realização do Congresso, com a antecedência mínima de 60 dias sobre a data do seu início, a fim de no caso daquelas associações desejarem estar presentes no Congresso, as credenciar para o efeito.

INTERSINDICAL NACIONAL CRITICA O DISCURSO DE MÁRIO SOARES

D. Republica
14/8/76

«A comunicação do primeiro-ministro ao País não corresponde, nem de perto nem de longe, às posições que os trabalhadores têm direito de exigir a um Governo que tem por imperativo realizar a sua política com respeito pela Constituição, por forma a corresponder aos objectivos da democracia e da construção do Socialismo», afirma a Intersindical Nacional num comunicado em que comenta o discurso do dr. Mário Soares.

Mais à frente, diz-se no comunicado em causa:

«A linguagem agressiva utilizada contra os trabalhadores e as suas organizações de classe, contrasta com a reverência demonstrada perante o grande capital interno e internacional que continua a influir decisivamente nos principais aspectos da economia portuguesa.

«Nem uma palavra é utilizada contra a sabotagem económica do grande capital ou contra o boicote imperialista à jovem democracia portuguesa. Mas os trabalhadores são responsabilizados pela existência e pelas proporções da crise económica.»

Prossegue a Intersindical:

«Ao afirmar que a luta reivindicativa dos trabalhadores só conduziu ao agravamento das desigualdades salariais, o sr. Mário Soares procura fazer esquecer o enorme saldo positivo do 25 de Abril na melhoria generalizada das condições de

vida dos trabalhadores portugueses.

«O Primeiro-Ministro utiliza a linguagem da C. I. P. e da C. A. P. ao acusar os trabalhadores de «fúria reivindicativa», atribuindo-lhes a culpa da baixa de produtividade e do aumento do absentismo.»

E, seguidamente «deste modo pretende o Governo justificar uma política que, a ser concretizada, agravaria fortemente a exploração política em que se destacam medidas como a liberalização dos despedimentos sem justa causa; a introdução de maiores limites à contratação colectiva; o congelamento do salário mínimo até Janeiro de 1977; a proibição de actualização de salários segundo o aumento do custo de vida; as projectadas altas de preços; o pagamento do décimo terceiro mês em títulos; o aumento de descontos para a Previdência; o agravamento dos horários de trabalho, etc.»

UMA POLITICA BASEADA «NO SACRIFICIO DOS TRABALHADORES»

Noutra passagem, novas críticas à política que a Inter depreende ver anunciadas nas palavras de Mário Soares:

«Os trabalhadores assistiram, envergonhados, ao espectáculo de um Primeiro-Ministro de um Governo Constitucional português apresentar desculpas, pelas grandes conquistas alcançadas desde o 25 de Abril, aos piores opressores e exploradores de sempre do nosso povo: ao capital e à reacção.

«Com tal «diagnóstico» da crise, os «remédios» não poderiam ser diferentes dos indicados pelo Primeiro-Ministro. Trata-se, claramente, de fazer pagar aos trabalhadores e às massas populares a crise económica que não provocaram.

«O projecto relativo ao pagamento do 13.º mês, em títulos do Tesouro, é o exemplo acabado de uma política que pretende basear-se no sacrificio dos trabalhadores para resolver problemas que só os capitalistas criaram. Na verdade, o Governo mantém os seus propósitos de indemnizar, à custa do nosso povo, os grandes monopólios e latifundiários apropriados.»

REPÚDIO DOS TRABALHADORES DE TELECOMUNICAÇÕES E RADIO-DIFUSÃO

Também os trabalhadores de Telecomunicações e Radiodifusão tomaram posição

de aberta crítica às ideias exprimidas pelo primeiro-ministro, no seu discurso da passada quinta-feira, aprovando uma moção em plenário geral, através da qual decidem:

«Repudiar as medidas que visam tirar regalias aos trabalhadores sem ouvir os seus organismos de classe;

Manifestar a sua apreensão pelo perigo que correm as conquistas alcançadas pelos trabalhadores;

Considerar que só a Unidade dos trabalhadores impede que qualquer força consiga vencê-los, e apoiar a Comissão Provisória Organizadora do «Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade», na certeza de que do mesmo sair, grande e invencível Central Única de Trabalhadores Portugueses. Manifestar o seu repúdio pelos ataques ao Movimento Sindical, que mais não visam que dividir os trabalhadores para melhor servir os interesses do capital.»

Reunião sindical e de CT's na Marinha Grande**ATAQUES À CENTRAL ÚNICA VISAM TENTATIVAS DE DIVISÃO**

LEIRIA - «Os ataques à Intersindical Nacional, central única dos trabalhadores portugueses, mais não visam que a tentativa de divisão dos trabalhadores» afirma-se num dos pontos das conclusões, ontem divulgadas, da reunião de delegados sindicais e de comissões de trabalhadores realizada no passado sábado na Marinha Grande, promovida pela União de Sindicatos daquele distrito.

Para além de questões relacionadas com a realização do próximo congresso sindical, a ordem de trabalhos daquela reunião incluía, também, a análise de problemas relativos à previdência. A este propósito, os delegados sindicais e das comissões de trabalhadores, em representação de cerca de seis mil trabalhadores do distrito de Leiria, propuseram, através das conclusões aprovadas, «a gestão democrática da Previdência com a participação e controlo do movimento sindical, com vista à sua descentralização até ao nível

das empresas». Foi, igualmente proposta a criação de um instituto de gestão financeira para a previdência como «único garante, do controlo dos trabalhadores das despesas e receitas da Previdência». A protecção à terceira idade, com a actualização de pensões, foi outro dos pontos aprovados quanto aos problemas de segurança social dos trabalhadores.

Relativamente ao congresso dos sindicatos, foi sublinhada a necessidade de «conforme decisão da reunião geral de sindicatos, realizada em 4 do corrente mês, a Comissão Nacional Organizadora Provisória, eleita por 170 sindicatos, começar a elaborar um programa dos trabalhos preparatórios do congresso e a dinamizá-lo junto dos trabalhadores». As conclusões do encontro de delegados sindicais e representantes das comissões de trabalhadores do distrito de Leiria apontam, igualmente, para a necessidade

de todas as direcções sindicais se «manterem vigilantes contra todas as tentativas de cisão do movimento sindical, denunciando e combatendo os divisionistas». Finalmente, é feito um apelo à participação de todos os trabalhadores nos plenários, assembleias, discussões e outras formas de preparação do congresso dos sindicatos.

Foi ainda aprovada uma moção exigindo o total desmantelamento da rede bombista, «uma vez que se começa a sentir uma travagem, quando os investigadores se aproximam, a passos largos, dos responsáveis por toda a onda terrorista». Também através de moções, foi manifestado o repúdio pelo modo como a RTP tem noticiado os assuntos relacionados com o congresso sindical e a solidariedade dos trabalhadores do distrito de Leiria com a luta do povo chileno contra a ditadura fascista.

Diário = 14/9/1976

Em Coimbra**SINDICATO ESCLARECE POSSÍVEIS MANOBRAS**

Num comunicado divulgado ontem, o Sindicato dos Operários da Construção Civil e Oficinas Correlativas do Distrito de Coimbra esclarece nada ter a ver com a linha sindical defendida pelos subscritores da «Carta Aberta».

Relativamente aos pedidos de esclarecimento de muitos trabalhadores, sobre a posição daquele sindicato relativamente às sessões de trabalho promovidas pelos subscritores da «Carta Aberta», o comunicado afirma que «a presença de qualquer dirigente daquele sindicato em reuniões ou plenário dos sindicatos atrás citados, foi feita em nome individual, sem mandato expresso de representação».

O comunicado termina apelando para a unidade do movimento sindical, em torno de uma central única de trabalhadores.

Diário 14/9/1976

METALÚRGICOS DO NORTE APELAM À UNIDADE

BRAGA - Em reunião preparatória do Congresso dos Sindicatos, trinta e nove delegados sindicais dos Metalúrgicos do distrito, representando cerca de dois mil trabalhadores aprovaram uma moção sublinhando «que a força dos trabalhadores está na sua unidade e que só os defensores do capital estarão interessados na sua divisão». Exigem igualmente «que os autodenominados sindicatos democráticos se disponham a comparecer às reuniões preparatórias do Congresso dos Sindicatos, para discutirem democraticamente no seio da organização dos trabalhadores as possíveis divergências existentes e, assim, avançarmos no caminho da unicidade, única

maneira de se defenderem os reais interesses dos trabalhadores».

Na mesma reunião os delegados sindicais apreciaram a maneira como têm decorrido as negociações do Contrato Vertical da Metalurgia e aprovaram uma moção em que exigem «que a negociação do contrato se ultime e seja publicado ainda este mês com os já anunciados efeitos retroactivos de 1 de Junho deste ano». Exigiram ainda que as associações patronais do ramo automóvel e das cutelarias se apresentem na negociação ou, em caso negativo, «lhes seja imposto o clausulado acordado com as associações que negociaram».

Diário 14/9/1976

Em Coimbra PROSEGUE REUNIÃO DA «CARTA ABERTA»

COIMBRA - Prosegue hoje, nesta cidade, a reunião dos sindicatos da chamada «Carta Aberta», depois de, no dia de ontem, não se ter chegado a nenhuma conclusão, relativamente aos pontos constantes da agenda do encontro.

Em determinado momento da reunião, o Sindicato dos Professores de Lisboa propôs que fosse apresentado à Imprensa o resultado dos trabalhos. As restantes direcções sindicais, contudo, opuseram-se, considerando que não havia nada para contar aos jornalistas, dado que pouco se tinha avançado em relação aos problemas levantados durante o encontro.

Na altura em que a direcção do Sindicato dos Professores propôs que à Imprensa fossem revelados os resultados dos trabalhos haviam já decorrido várias horas de discussão.

“Carta Aberta” repudia manobras da Inter

Com a presença de representantes de 48 sindicatos, 14 dos quais filiados na Intersindical, reuniram-se em Coimbra os membros da comissão da redacção da «Carta Aberta», que contesta a orientação que a Inter pretende imprimir ao Congresso dos Sindicatos. A reunião prossegue hoje devendo votar uma proposta submetida por sete sindicatos, que parece merecer o consenso geral, e que entre outros pontos repudia «as manobras de manipulação dos trabalhadores pela Intersindical», e exige a participação, «sem discriminação, de todas as linhas sindicais com expressão no actual movimento sindical», e ainda, que «todas as fases de preparação e realização do Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade decorram em completa abertura à Imprensa».

Congresso para a unidade

D. Not
14/19/76

“Carta aberta” exige participação de todas as correntes sindicais

COIMBRA — «Estas reuniões são importantes, mas quero desde já afirmar que não vão tratar (isto para desmentir toda a espécie de atoardas que aparecem nalguns órgãos de comunicação social), de consolidar ou iniciar as bases da segunda central sindical deste país. Os sindicatos aqui presentes, reafirmam-se pela central sindical única, autónoma democrática e independente. São por um movimento sindical perfeitamente unificado — afirmou ao «D.N.» José Luis Gaspar, membro da comissão de redacção da «Carta Aberta» que preside ao encontro que ontem se iniciou na Faculdade de Letras, nesta cidade.

Presentes mais de uma centena de elementos, representando 48 sindicatos, 14 dos quais se encontram filiados na Intersindical, e, no seu total, em nome de cerca de 515 mil trabalhadores de todo o País e ilhas.

A ordem de trabalhos proposta pela comissão e aprovada por maioria propunha-se debater, em primeiro lugar, a «análise do levantamento sindical, trabalho iniciado por sectores sindicais nas suas áreas e a «análise da situação actual do movimento sindical», este último ponto dividido em «análise da reunião de 4-9-76» e «actuação futura».

Todavia e por questões de eficácia a ordem inverteu-se tendo começado de imediato as intervenções dos diversos trabalhadores sobre a reunião de sindicatos que decorreu no Instituto Superior Técnico, com a direcção do Secretariado da Intersindical.

Sobre este assunto, o nosso entrevistado afirmou, posteriormente, referindo-se a nomeação da Comissão Organizadora Provisória eleita nesta reunião, que se tratava da reafirmação de que não a reconhecemos nem nos sentimos a ela vinculados e atendemos, aliás, que é um factor extremamente grave para a unidade que desejamos. Esta reunião não é mais que a expressão daquilo que já afirmamos soberbamente: existe uma central sindical única, mas existe uma divisão entre os trabalhadores, para a qual contribui justamente desde o seu reconhecimento legal em 75, a Intersindical.

Declarando que, com «as suas atitudes e resoluções» a Inter não está a contribuir para a unidade, acrescentou estas questões acontencem, e tentamos consolidar a nossa vontade de fazer a unidade sindical, de fazer a verdadeira central sindical, que assimile a Inter, juntamente com todas as outras forças do movimento sindical nacional. A partida portanto, e como mais tarde nos confirmou José Luis Gaspar, este encontro põe de parte qualquer participação ou colaboração com a eleita Comissão Organizadora Provisória porque essa comissão tal como esta constituída não é mais que a cobertura nas atitudes do Secretariado da Intersindical, a manutenção da sua hegemonia, no seu dirigismo no movimento sindical. Não ignoramos isto. Eles estão claramente em maioria naquela

comissão e, se não participássemos nela, daríamos aquela «coberturazinha», democráticas das suas actuações. Nós não estamos dispostos a dar cobertura a golpes de espécie nenhuma. Encaramos as questões de democracia muito seriamente.»

A participação nestas reuniões de sindicatos afectos aos subscritores da «Carta Aberta» correspondeu à expectativa da Comissão de Redacção. Todavia, e, na opinião do seu porta-voz ainda nem estão presentes metade daqueles que «de facto, têm uma linha bastante semelhante à nossa de contestação da linha do Secretariado da Intersindical».

E isso não se verifica «apenas porque muitas direcções estão afastadas do movimento sindical. Afastaram-se por causa de certo numero de atitudes e, aí, temos que responsabilizar a Inter no seu comportamento, entre 75 e princípio de 76, altura em que essas direcções sindicais se afastaram e mantêm agora um mento a todos os trabalhadores dos motivos que nos animam e da correcção das nossas posições.

Por isso, estamos convencidos que o numero de sindicatos aumentará para a sua justa dimensão, que representará então a maioria dos trabalhadores portugueses.» As questões abordadas nesta pequena entrevista foram a tônica dominante das 14 intervenções que se verificaram ontem, durante a cinco horas de debate, em que os trabalhadores fizeram acesas críticas à actuação da Intersindical após o 25 de Abril e, agora, quando é necessário organizar o Congresso dos Sindicatos.

Também foi unanimemente declarado que um congresso organizado pela comissão eleita não «reflectirá a democraticidade sindical nem será representativo dos trabalhadores portugueses». Ainda uma posição constantemente expressa e acentuada foi a «unidade aceite por todos os trabalhadores», já que a unidade foi considerada como a «del que faz a unidade a força» ou que esta «tem uma estratégia que é acabar com os sindicatos».

Outros trabalhadores que usaram da palavra acentuaram a necessidade de se organizarem trabalhos para tomadas de posição concretas para que se pudessem avançar no trabalho porque «enquanto nós aqui discutimos eles vancam». Unanimemente, foi reafirmado que os sindicatos presentes no encontro, apesar das suas divergências, que conduzem à contestação de posições no seu seio, têm em comum e como constante «o principio da unidade».

Os trabalhos do dia terminaram com a discussão de uma proposta feita à mesa e subscrita por sete sindicatos e cujo conteúdo está profundamente ligado com o tema em debate e propondo decisões tais como o repúdio das manobras revisionistas e de manipulação dos trabalhadores, prosseguidas pela Intersindical; não permitir que a C. N. O. do Congresso Democrático de todos os Sindicatos seja minoritariamente controlado por qualquer força política ou linha sindical e exigir que nela participem, sem discriminação, todas as linhas sindicais com expressão no actual movimento sindical português, e, ainda, «que todas as fases de preparação e realização do Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade decorram em completa abertura à Imprensa, competindo aos trabalhadores, às suas organizações e à própria C. N. O. denunciarem e combaterem com a verdade os pontos de vista errados ou as deturpações da Imprensa reaccionária».

Estes alguns dos pontos focados na extensa proposta que parece merecer o consenso geral, embora sujeita a modificações, uma vez que ela «se destina ao esclarecimento de todos os trabalhadores e terá portanto de ter uma linguagem clara e definida», e que hoje será sujeita a votação.

O programa prevê ainda que seja analisada a «actuação futura», bem como o ponto deixado em suspenso, e que se refere ao levantamento sindical. Os trabalhos devem encerrar acerca das 20 horas.

Jornalistas

Aprovado o código deontológico

A assembleia geral do Sindicato dos Jornalistas completou, ontem, a aprovação do Código Deontológico.

O documento agora aprovado regula os deveres do jornalista no exercício da profissão, consagrando como principio básico o «direito à informação» como pressuposto da «diversidade de pensamento e de expressão».

Durante a reunião foram introduzidas diversas alterações ao texto inicial, nomeadamente a introdução dos «principios da coexistência pacífica» no artigo referente ao respeito que o jornalista deve ter pelos «principios fundamentais dos direitos do homem» e o seu contributo «para um melhor conhecimento e uma maior compreensão entre os povos... jamais favorecendo ideologia fascista e odios raciais, étnicos, nacionais ou religiosos».

O texto reconhece ao profissional de Imprensa «o direito à assinatura de trabalhos» que não pode ser feita «com o seu desconhecimento ou oposição ou a assinar trabalhos que não sejam da sua autoria».

Finalmente, foi introduzida por proposta da direcção do Sindicato a ser feita «com o seu desconhecimento ou oposição qualquer intromissão governativa ou de outro género, tanto no país como no estrangeiro em matéria profissional». posição irredutível; depois, ainda porque não entendem muito bem o que nós aqui fazemos, pois julgam que queremos reestruturar a Inter. Não, nós falamos da construção de uma verdadeira central sindical com esclareci-

EM COIMBRA SINDICATOS DA «CARTA ABERTA» REIVINDICAM SINDICALISMO DEMOCRÁTICO

PÁGINA 9



Crónica
14/9/76

REUNIÃO DA FACÇÃO «CARTA ABERTA», EM COIMBRA

MEIO MILHÃO DE TRABALHADORES E QUARENTA E OITO SINDICATOS QUEREM SINDICALISMO DEMOCRÁTICO

—HOUVE TENTATIVA DE BOICOTE?

Quarenta e oito sindicatos, representando mais de meio milhão de trabalhadores estiveram ontem reunidos em Coimbra, nos anfiteatros II e III da Faculdade de Letras, sob a égide do Grupo Sindical «Carta Aberta», com o fim de analisar a situação actual do movimento sindical português, sob a óptica do Congresso Nacional dos Sindicatos que a Intersindical pretende levar a efeito e cuja primeira reunião

gãos da Comunicação Social que a Coimbra se deslocaram para esta importante reunião. Pretendido um anfiteatro de maior dimensão, um trabalhador da Universidade negou-se a ceder outra sala, dizendo que «o sr. dr. deu ordem para dar apenas esta sala», não identificando o autor de tão limitativas instruções. A reunião começou, portanto, sem um mínimo de condições, com bancos e cadeiras

do Norte e Seguros do Sul, defende o princípio que todos os sindicatos democráticos, afectos a «Carta Aberta», deverão recusar qualquer cargo da CNOP — Comissão Nacional Organizadora Provisória — eleita em 4 de Setembro, no Instituto Superior Técnico, na RCT, convocada pela Intersindical.

nunciarem e combaterem com a verdade os pontos de vista errados ou as deturpações da imprensa reaccionária.

e) Exigem que o Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade se realize em data e com prazos que garantam a sua democracia e pos-

CONTRA A DEMAGOGIA, O «OBSCURANTISMO», A CONFUSÃO E O GOLPISMO

No entanto, esteve quase a ser aprovada uma proposta, ao que parecia por unanimidade subscrita por seis sindicatos — Bancários do Sul e Ilhas, Escritórios de Lisboa, Comércio e Escritórios de Leiria, Ourivesaria do Sul, Telefonistas de Lisboa e Metalúrgicos de Aveiro — que contra a demagogia, o obscurantismo, a confusão e o golpismo pretendem que os sindicatos da «Carta Aberta» tomem as seguintes decisões:

- Repudiam as manobras divisionistas e de manipulação dos trabalhadores prosseguidas pela Intersindical;
- Reafirmam a sua disposição de prosseguir a luta pela edificação de uma central sindical única, democrática e independente controlada pelos trabalhadores e ao seu serviço;
- Não permitirão que a CNO do Congresso Democrático de todos os Sindicatos seja maioritariamente controlada por qualquer força política ou linha sindical e exigem que nela participem, sem discriminação, todas as linhas sindicais com expressão no actual movimento sindical português;
- Exigem que todas as fases da preparação e realização do Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade decorram em completa abertura à imprensa, competindo aos trabalhadores, às suas organi-

HOJE (À NOITE) DEBATE NA R. T. P.

A Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso dos Sindicatos ornou público um comunicado esclarecedor que, no programa televisivo a emitir hoje, participam elementos em representação de associações sindicais que integram aquela Comissão, eisita na reunião geral de sindicatos, realizada no passado dia 4 de Setembro. Fica assim corrigida a informação divulgada de que seriam dois elementos do Secretariado da Intersindical Nacional em representação da Central Única dos Trabalhadores Portugueses quem participaria no debate da TV. Em representação da facção «Carta Aberta» estará o Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro e Empregados de Escritório de Lisboa.

sibilitem a ampla discussão de todos os trabalhadores, em todas as questões.

f) Divulguem amplamente este documento e promova uma ampla discussão de todas estas questões junto dos seus associados e dos trabalhadores em geral, mostrando o significado e a importância que o Congresso dos Sindicatos assu-

TÓNICAS DAS INTERVENÇÕES

- Secretariado da Inter desde sempre assumiu posições de luta dos trabalhadores — caso da Lisnave, Padeiros, etc.
- A Inter não existe pela vontade dos trabalhadores. Existe por imposição de determinado aparelho estatal. Mas a Inter tem que ser assimilada pelo movimento sindical português.
- Somos contra a divisão, venha ela sob a forma da unidade ou sob a forma de pluralismo.
- Somos contra os sindicatos servirem de correia de transmissão dos partidos, mas não nos oponemos a que os partidos por seu intermédio tomem conhecimento da situação sindical e dos problemas dos trabalhadores.
- O Congresso dos Sindicatos é actualmente o principal objectivo de certas forças políticas deste País.
- Já há documentos que provam que a Intersindical é apoiada financeiramente pela K.G.B. ou, pelo menos, pela Central Sindical da U.R.S.S.
- A Intersindical, dominada pelos socialistas-fascistas, vestiu agora a pele do cordeiro aliciando os sindicatos democráticos.
- Não permitiremos que a Intersindical continue a ser uma organização burocrática, dirigida e controlada por profissionais do sindicalismo, e veículo exclusivo da política de um partido ou do Governo.
- Não permitimos que a Intersindical continue a ser uma estrutura clandestina para os trabalhadores (daí o seu horror a que a imprensa divulgue os seus segredos), ao ponto de se recusar a informar os próprios sindicatos sócios de quem são os sindicatos nela filiados, dizendo que isso faz parte da estrutura da Inter.

preparatória decorren em 4 do corrente, com vista à actualização futura deste grupo de Sindicatos democráticos em face dos restantes sindicatos afectos à linha da Unidade. A análise do cadastro sin-

colocados por todo o lado e com participantes sentados nos degraus do anfiteatro. Só pelas 17.30 horas, foi possível mudar para o Anfiteatro II, da mesma Faculdade, já com dimensões mais amplas, após demoradas e trabalhosas diligências. Mesmo assim, com ordem de acabar a reunião às 20 horas, para não atrasar o pessoal da Universidade.

Vários dirigentes sindicais estranharam tal coincidência, aventando a hipótese de boicote. Segundo a mesma fonte, na anterior reunião de 23 e 24 de Agosto, o boicote teria sido feito através de reservas «fantasmas» de hotéis, obrigando alguns sindicalistas a hospedarem-se na Curia, Luso e Espinho, enquanto os hóspedes com as referidas marcações — através de agências de viagens — não apareciam em Coimbra, deixando os hotéis por encher.

NÃO A SEGUNDA CENTRAL SINDICAL

Na reunião de ontem, não foram tomadas conclusões definitivas, pois que o tempo limitado — até às 20 horas, aliás excedido — não o permitiu. Foi aprovada a ordem dos trabalhos a que já nos referimos, foram feitas várias intervenções definidoras de princípios, mas não foram votadas conclusões.

No entanto, uma moção com a declaração de princípios de que, a todo o custo se deveria evitar uma segunda central sindical, institucionalizando a cisão do movimento sindical português, deverá vir a obter o consenso geral, a julgar pelo teor das intervenções.

Uma outra proposta, subscrita pelos Sindicatos de Segu-

DO NOSSO ENVIADO ESPECIAL

RAUL DE ALMEIDA

dical, que o grupo «Carta Aberta» efectuou por distritos, está também na ordem dos trabalhos.

A mesa era constituída por representantes do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, Bancários do Sul e Ilhas, Escritórios de Lisboa, Escritórios do Porto, Escritórios e Caixeiros de Faro, e Correios e Telecomunicações.

BOICOTE A REUNIÃO DA «CARTA ABERTA»?

A reunião começou pelas 15 horas, no Anfiteatro III da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o qual, desde logo, se mostrou insuficiente para albergar os representantes sindicais e dos or-

QUARENTA E OITO SINDICATOS PRESENTES

Pré-Sindical da Câmara Municipal de Lisboa, Escritórios, e Comércio de Leiria, Construção Civil de Leiria, Seguros do Norte, Gráficos de Braga, Professores — Zona Norte, Hotelaria de Faro, Metalúrgicos de Aveiro, Caixeiros, Escritórios de Portalegre, Metalúrgicos de Portalegre, Bancários do Sul e Ilhas, Marinha Mercante e Aeronavegação, Professores da Grande Lisboa, Escritório e Comércio de Aveiro, Escritórios de Braga, Trabalhadores da Imprensa (Zona Norte), Escritórios e Caixeiros de Faro, Rodoviários e Garagens do Porto, Ajudantes de Farmácia do Sul e Ilhas, Profissionais de Farmácia do Norte, Telefonistas de Lisboa, Engenheiros Técnicos Agrários, Ourivesaria do Sul, Escritórios de Setúbal, Metalúrgicos de Braga — Secção de Guimarães, Jornalistas, Cerâmicos de Aveiro, Construção Civil de Aveiro, Seguros do Sul, Escritórios de Lisboa, Escritórios do Porto, Enfermeiros do Norte, Bancários do Norte, Estivadores do Porto, Carregadores e Descarregadores do Porto, Telefonistas do Norte, Correios e Telecomunicações, Hoteleiros de Aveiro, Escritórios e Comércio de Viseu, Escritórios de Coimbra, Vidreiros de Aveiro, Engenheiros Técnicos do Norte, Panificação de Faro, Hoteleiros do Porto, Vila Real e Bragança, Técnicos de Vendas, Professores do Algarve, Panificação de Braga — Secção de Guimarães, Comércio de Lisboa.

Total de trabalhadores representados — 515 mil.

«CARTA ABERTA» EM COIMBRA

D. Mendes
19/76

DIZ SIM À «UNIDADE DEMOCRÁTICA»
NÃO À «UNICIDADE»

COIMBRA — Com a presença de delegados de 48 Sindicatos, representando cerca de 515 mil trabalhadores, reuniram-se ontem, ao princípio da tarde num dos anfiteatros da Faculdade de Letras, os elementos sindicais afectos à «Carta Aberta», e que tinha como ordem de trabalhos: «Análise do levantamento sindical; análise da situação actual do momento sindical; Análise da reunião de 4-9-76; Actuação futura».

Nesta reunião, encontravam-se presentes 14 Sindicatos filiados na Intersindical Nacional e 34 não filiados, e destes, 21 subscretores da «Carta Aberta» e 26 não subscretores do mesmo documento.

A mesa da presidência era composta por: Pinto da Silva, Metalúrgicos de Aveiro; Vitor Gonçalves, Bancários do Sul; José Luis Gaspar, Escritórios de Lisboa; José Luis Sousa, Escritórios de Faro, e José Viana, Escritórios de Porto.

Após um prolongado debate sobre se o cidadão alemão, sr. Heckendorf, sindicalista e jornalista, havia ou não de assistir à reunião, o que finalmente foi aceite pela assembleia, entrou-se no 2.º ponto da ordem de trabalhos: «Análise da situação actual do momento sindical», que ocupou toda a tarde verificando-se onze intervenções, incidindo todas sobre uma análise dos problemas ventilados na reunião dos Sindicatos afectos à Intersindical, recentemente realizada no Instituto Superior Técnico de Lisboa.

Foram intervenções acaloradas, em que se formularam violentos ataques à Intersindical, bem como à Comissão Organizadora do «Congresso de Todos os Sindicatos para a Unidade».

Assim as intervenções verificadas tiveram como tónica comum a chamada para a unidade considerada democrática e não para a unicidade. Nesta sessão foram apresentados três documentos para aprovação: um do Sindicato dos Seguros Norte e Sul; outro, bastante extenso e importante pelo seu conteúdo, proposto pelos Sindicatos de Ourivesaria do Sul, Bancários do Sul e Ilhas, Telefonistas de Lisboa, Escritórios de Lisboa, Escritórios de Leiria e Metalúrgicos de Aveiro, e finalmente, uma moção dos Seguros do Norte e Sul, todos eles sobre a posição a tomar quanto à reunião dos Sindicatos afectos à Inter no I. S. T.

O segundo documento ocupou as atenções de toda a assembleia durante largo período, estando, já depois das 20 horas, em vias de ser submetido à aprovação. No entanto, um representante do Sindicato dos Professores de Lisboa pediu para que o mesmo fosse retardado para hoje, possibilitando desta forma uma análise mais aprofundada do texto, opinião emitida por outros representantes sindicais.

Assim esta manhã, o referido documento voltou a ser objecto de análise, submetendo-se ainda de manhã a aprovação com as alterações que lhe foram introduzidas.

Também esta manhã, serão transmitidas as conclusões do levantamento sindical proposto na última reunião, passando-se então à apreciação do primeiro ponto da ordem de trabalhos, que, por este motivo, foi retardado.

Os trabalhos da reunião pros-

seguirão por todo o dia, esperando-se que, ao fim da tarde sejam fornecidas as conclusões da mesma.

METALÚRGICOS DE BRAGA: «UNICIDADE — A DEFESA DOS TRABALHADORES»

Trinta e nove delegados sindicais dos Metalúrgicos, do distrito de Braga, representando cerca de dois mil trabalhadores, em reunião preparatória do Congresso dos Sindicatos, salientaram que «a força dos trabalhadores está na sua unidade e que só os defensores do capital estarão interessados na sua divisão».

Exigiram igualmente que os autodenominados sindicatos democráticos se disponham a comparecer às reuniões preparatórias do Congresso dos Sindicatos para discutirem democraticamente no seio da organização dos trabalhadores as possíveis divergências existentes e, assim, avançarmos no caminho da unicidade, única maneira de se defenderem os reais interesses dos trabalhadores.

No decorrer da reunião, os delegados metalúrgicos ainda analisaram o andamento das negociações do Contrato Colectivo Vertical, tendo aprovado uma moção exigindo «que a negociação do contrato se ultime e seja publicada ainda este ano com os já anunciados efeitos retroactivos de 1 de Junho deste ano». Foi ainda decidido, no que se refere à actuação do patronato do ramo automóvel e das cutelarias, exigir que, no caso de faltarem às negociações, «lhes seja imposto o clausulado acordado com as associações que negociarem».

DELEGADOS DE LEIRIA APPELAM PARA A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS TRABALHADORES

Também na Marinha Grande se realizou uma reunião de delegados sindicais e comissões de trabalhadores, promovida pela União dos Sindicatos de Leiria, cuja ordem de trabalhos, além de questões relacionadas com a Previdência, contemplava a realização do Congresso.

No que se refere ao problema da Previdência, o plenário propôs a sua «gestão democrática».

ESTUDO DO CONTRATO dos trabalhadores de escritório da indústria de vidro

PORTO — A partir de ontem, os trabalhadores de escritório da indústria de vidro e indústrias transformadoras do vidro começaram a trabalhar no sentido de conseguir um novo contrato de trabalho.

Com escasso número de presenças, realizou-se uma reunião na sede do Sindicato, da qual saiu a comissão que vai apresentar o estudo da situação e organizar o processo para apreciação e eventual aprovação dos interessados.

A proposta para as negociações do novo contrato tem de ser apresentada até ao fim do mês em curso.

«tica», com a participação e controlo do movimento sindical, com vista à sua descentralização até ao nível de empresas». Foi, igualmente, proposta a criação de um instituto de gestão financeira para a Previdência, considerado como «único garante do controlo dos trabalhadores das despesas e receitas da Previdência».

Quanto ao Congresso dos Sindicatos, os delegados sindicais e as C. T.s do distrito de Leiria sublinharam a urgência no cumprimento das resoluções da Reunião Geral de Sindicatos, no Técnico, do passado dia 4. Assim, foi salientado que «a Comissão Nacional Organizadora Provisória eleita por 170 Sindicatos, deve começar a elaborar um programa dos trabalhos preparatórios do Congresso e a dinamizá-los junto dos trabalhadores».

Outra conclusão do encontro aponta para a necessidade de «todas as direcções sindicais se manterem vigilantes contra as tentativas de cisão do Movimento Sindical, denunciando e combatendo os divisionistas». Depois de considerar, a propósito, que «os ataques à Intersindical Nacional, central única dos trabalhadores portugueses, mais não visam que a tentativa de divisão dos trabalhadores», foi feito um apelo à participação em massa nos plênários, assembleias, discussões e outra forma de preparação do Congresso dos Sindicatos.

CONGRESSO EM DEBATE HOJE, NA RTP

A Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso dos Sindicatos divulgou um comunicado esclarecendo que, no debate televisivo desta noite sobre o Congresso Sindical participarão dois elementos daquela Comissão Organizadora, representantes de organizações sindicais que a integram, e não do Secretariado da Intersindical, como, por lapso da informação colhida junto da RTP, tínhamos anunciado.

O debate — no qual participarão, também, dois sindicalistas da linha da «Carta Aberta» — irá para o ar às 22 e 10, preenchendo o programa «Terça à Noite», de Joaquim Leiria.

QUATRO PROPOSTAS DE REGULAMENTO PARA O CONGRESSO

Terminou, às 24 horas de ontem, o prazo de entrega de propostas de regulamento para o Congresso dos Sindicatos, tendo chegado à Comissão Organizadora quatro propostas, que irão ser submetidas à discussão dos trabalhadores. Será aprovado, depois, o regulamento definitivo, em próxima reunião geral de Sindicatos.

As quatro propostas são da responsabilidade do Secretariado da Intersindical, do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuários do Sul, do Sindicato dos Rodoviários de Setúbal, e dos Ourives, Relojeiros e Correlativos de Lisboa.

Curiosamente, a Comissão de Redacção da «Carta Aberta» não apresentou nenhuma proposta alternativa à do Secretariado da Inter, que contesta, nem à dos Têxteis ou Rodoviários de Setúbal, que integram a Comissão Organizadora, contestada também por aquela linha sindical.

Reunidos em Coimbra

Sindicatos da «Carta Aberta» analisam futuro do movimento sindical

* Presentes 48 Direcções representativas de mais de meio milhão de trabalhadores

«Reestruturar a Intersindical, no sentido em que fala o seu Secretariado, será possível, mas isso não será fazer a unidade. Poderão reestruturar a sua organização, de modo a torná-la mais forte. Mas cavarão ainda mais profundamente a divisão existente entre os trabalhadores. O que nós pretendemos é criar uma verdadeira Central Sindical Única, que assilará — se for possível — afirmou-nos José Luis Gaspar, membro da direcção do Sindicato de Escribas de Lisboa, no final da reunião ontem realizada em Coimbra, no Anfiteatro II da Faculdade de Letras, e promovida pelos sindicatos subscritores da chamada «Carta Aberta».

A sessão, que começou cerca das 16 horas, estiveram presentes mais de cem e meia de dirigentes sindicais, pertencentes a 48 sindicatos (dos quais 14 se encontram filiados na Intersindical) e representando 515 000 trabalhadores. A mesa constituiu-se com os seguintes elementos da Comissão de Redacção: José Luís Gaspar (Escritórios de Lisboa), José Viana (Escritórios do Porto), José Luís de Sousa (Escritórios de Faro), Pinto da Silva (Metalúrgicos de Aveiro), Vítor Gonçalves (Bancários do Sul e Ilhas) e Álvaro Sousa (Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações).

Do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, constava a «análise do levantamento sindical», tarefa que tinha sido resolvido efectuar no encontro que estes mesmos sindicatos realizavam também em Coimbra no mês passado. «Análise da situação actual do Movimento Sindical — conclusões da reunião efectuada no passado dia 4 no Instituto Superior Técnico e acção futura», este o segundo ponto abordado e que igualmente estava inscrito na Ordem de Trabalhos.

Acerca do andamento global da sessão, o dirigente sindical José Luis Gaspar prestou declarações ao nosso jornal, parte das quais reproduzimos no princípio deste

«O levantamento sindical é extremamente importante — são palavras de José Luis Gaspar — pois não se destina apenas a obter expressões numéricas, mas visa também o contacto com todos os sindicatos existentes. E isto porque nós sabemos da debilidade que resultou de determinadas circunstâncias — concretamente a Lei da Unicidade e a criação da Intersindical. A partir daí, na verdade, muitos sindicatos afastaram-se de tal forma da Intersindical, que actualmente existem cerca de 160 sindicatos que não se sabe bem por onde é que andam. Para além de importante o levantamento encerra também grandes dificuldades — daí que, dado não se encontrar ainda sufi-



A actual Intersindical é um factor de divisão»

cientemente estruturado, foi decidido que ele ficasse pa a debater na reunião que amanhã (hoje) decorre.

DOCUMENTO EM DISCUSSÃO

Reportando-se depois ao segundo ponto da Ordem dos Trabalhos, aquele dirigente sindical referiu-nos:

«Da análise da reunião efectuada no Instituto Superior Técnico no passado dia 4, resultou uma boa discussão e os sindicatos aqui presentes reafirmaram, de uma maneira geral, que a questão fundamental não é reestruturar a Intersindical — como a «Inter» afirma — mas sim criar democrata e independente. Pela análise que os sindicatos fazem, a actual Intersindical é um factor de divisão. A discussão e aprovação da Lei da Unicidade e as condições em que a Intersindical foi oferecida, por decreto, a um determinado grupo de indivíduos, afastou, irremediavelmente, dezenas de direcções sindicais e centenas de milhares de trabalhadores dessa estrutura sindical.»

Por último, e relativamente a um extenso documento que foi objecto de larga discussão, que foi interrompida no termo da sessão de ontem e que hoje será submetido a votação, José Luis Gaspar ainda nos disse:

«O documento faz uma análise que nos parece bastante

séria, em relação à Intersindical como Central Única, do papel que ela teve, dos erros que cometeu no passado, e daquilo que há a fazer. Rejeita acusações que são lançadas sobre estes sindicatos, como a de serem os sindicatos do «pluralismo», o que é «falso», e avança com medidas pontuais que amanhã (hoje) serão divulgadas».

Pela importância que assume, é de referir que o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, segundo salientou o seu dirigente Vítor Gonçalves, rejeitou fazer parte da Comissão Organizadora Provisória do Congresso, por aquele sindicato, ou mesmo os seis ou sete na representação como «Carta Aberta», não poderem dispor de qualquer influência, a nível de voto, para tornar tal comissão democrática e capaz de catalizar as outras direcções sindicais. «Nós, quando muito — disse a propósito Vítor Gonçalves — poderíamos dar uma cobertura de democraticidade a uma comissão que nós apodamos de comissão de divisão».

Tal como a de ontem, também a sessão de hoje, que principiou por volta das 10 horas, no mesmo local, foi inteiramente franqueada aos órgãos de comunicação social. Toda e qualquer semelhança neste aspecto, com as reuniões de semelhante jaez que a Intersindical promove é, como se vê, pura coincidência...

SINDICATOS DA "CARTA ABERTA"

DEBATEM SITUAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL

REPRESENTANTES de 48 sindicatos encontram-se reunidos em Coimbra com membros da comissão de redacção da «Carta Aberta», a fim de debaterem temas relacionados com o «levantamento sindical», a «situação actual do movimento sindical» e «a reunião de 4-9-76», reunião esta efectuada em Lisboa e da qual saiu a comissão organizadora provisória do próximo congresso dos sindicatos.

Ontem, os trabalhos prolongaram-se por cinco horas, período em que apenas foram debatidos dois pontos (a situação actual do movimento sindical e a reunião de 4-9), prevendo-se que hoje venham a ser analisados os restantes, bem como uma proposta subscrita por sete sindicatos em que se apresentam decisões como «o repúdio das manobras cisionistas e de manipulação dos trabalhadores proseguidas pela Intersindical»; não permitir que «a C.N.O. do Congresso Democrático de todos os sindicatos seja minoritariamente controlada por qualquer força política ou linha sindical e exigir que nela participem, sem discriminação, todas as linhas sindicais com expressão no actual movimento sindical português»; e ainda «que todas as fases de preparação e realização do congresso de todos os sindicatos para a unidade decorram em completa abertura à imprensa, competindo aos trabalhadores, às suas organizações e à própria C.N.O. denunciarem e combaterem com a verdade os pontos de vista errados ou as deturpações da imprensa reaccionária».

Nos debates já havidos, foi ponto unânime que um congresso realizado pela comissão eleita no dia 4 do corrente mês «não reflectirá a democratização sindical nem será representativo dos trabalhadores portugueses». Por outro lado, acentuou-se que «a unidade é aceite por todos os trabalhadores», considerando-se, ao invés, que «a unicidade é a lei que faz a unidade à força».

Outro parecer comum foi o de que os sindicatos presentes em Coimbra «têm em comum e como constante o princípio da unidade», apesar das suas divergências que conduzem à contestação de posições no seu seio.

Reunião na Marinha Grande

Entretanto, convocado pela União dos Sindicatos de Leiria, realizou-se na Marinha Grande um encontro de representantes de trabalhadores do distrito — 45 delegados sindicais e 23 delegados de comissões de trabalhadores, representando 47 firmas, num

total que excede os 6000 trabalhadores.

Da ordem de trabalho constavam dois pontos: a Previdência e o congresso dos sindicatos.

Acerca do primeiro ponto, foi decidido que a Previdência deve ser gerida democraticamente com a participação e controlo do movimento sindical, com vista à descentralização da Previdência até às empresas, através da eleição de delegados à Previdência, e criação de grupos de trabalho a funcionar nos sindicatos, bem como nas uniões distritais, com vista à segurança social. Decidiu-se ainda que deverá ser criado um instituto de gestão financeira, «único garante dos trabalhadores no controlo das despesas e receitas da Previdência», o qual teria ainda, entre outros fins, o da preparação da acção médico-social da Previdência e a sua integração no Serviço Nacional de Saúde e da protecção à terceira idade.

No que se refere ao congresso dos sindicatos, concluiu-se, no mesmo encontro, que a comissão nacional organizadora provisória comece a elaborar os trabalhos preparativos do congresso e a dinamizá-la junto dos trabalhadores, e que as direcções sindicais e todos os trabalhadores «se mantenham vigilantes a todas as tentativas de cisão do movimento sindical, combatendo os divisionistas».

EM COIMBRA

"Carta aberta" discute Congresso à margem da comissão organizadora

DLx 14/3/76

Encontram-se desde ontem reunidas em Coimbra 48 direcções sindicais, que se prepararam para, mais uma vez, tomarem posição relativamente à realização do próximo Congresso dos Sindicatos. Aguarda-se que venha a ser aprovada, no essencial, uma proposta apresentada por sete sindicatos, hoje em discussão, na qual se exige que participem na comissão organizadora do congresso, «sem qualquer discriminação, todas as linhas sindicais com expressão no actual movimento sindical português».

O encontro, promovido pela comissão de redacção da «Carta Aberta» (núcleo aglutinador de diversas correntes sindicais que contestam a orientação e representatividade do secretariado da Intersindical), decorre à margem da tramitação adoptada na última reunião geral de sindicatos. Nela participaram, no dia 4, 170 direcções sindicais, representando cerca de oitenta por cento dos trabalhadores sindicalizados. Este número não engloba alguns sindicatos afectos à «Carta Aberta», que se recusaram a participar por entenderem que, previamente, se deveria proceder a um debate público sobre as divergências existentes no seio do Movimento Sindical.

Naturalmente, os sindicatos reunidos em Coimbra contestam a comissão nacional organizadora do Congresso de todos os sindicatos, eleita no plenário do dia 4. Vítor Gonçalves, dirigente dos bancários do Sul e Ilhas, explicou ontem os motivos que levaram a direcção a não participar na comissão provisória (para a qual fora eleita, apesar de ausente, por se entender que naquele organismo deveriam estar presentes representantes das diversas formas de pensamento existentes no movimento sindical).

A este respeito, disse que os sindicatos da linha «democrática» não poderiam dispor, com a composição adoptada, de qualquer influência a nível

de voto. «Quando muito, poderíamos dar uma cobertura de democraticidade a uma comissão que nós chamamos comissão de divisão», afirmou. Acusou também os sindicatos que apoiam o secretariado da Intersindical de pretenderem desempenhar um papel hegemónico na comissão.

Esta manhã as direcções e secções sindicais presentes discutiam o documento ontem apresentado, subscrito por sete sindicatos, entre os quais os Ourives do Sul, Bancários do Sul, Metalúrgicos de Aveiro, Escritórios

de unidade e sindicatos defensores da unidade.

A reunião deverá terminar hoje, com a aprovação dos documentos em discussão e a análise do levantamento sindical no nosso País.

NÃO À DIVISÃO...

Reunidos em plenário, os delegados sindicais metalúrgicos da Alumínia (Porto) aprovaram duas moções a propósito do

Debate esta noite na TV

Representantes das direcções sindicais que integram a comissão nacional organizadora provisória do próximo Congresso de todos os Sindicatos e elementos da comissão de redacção da «Carta Aberta» vão debater esta noite, perante as câmaras de Televi-

são, questões relacionadas com o Congresso, motivo de divergências entre estas direcções sindicais.

O debate, moderado por Joaquim Letria insere-se no programa «Terça à Noite», que vai para o ar pelas 22 e 10

e Caixeiros de Leiria, e Telefonistas de Lisboa. Hoje, surgiu novo documento, complementar em relação ao primeiro, elaborado pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

Segundo nos informou Vítor Gonçalves, em contacto telefónico, a proposta em discussão distingue claramente entre a «vivência democrática» dos sindicatos agrupados em torno da «Carta Aberta» e a orientação das direcções apoiantes do secretariado da Intersindical, que são responsabilizadas pelo que se considera ser uma situação de manutenção da divisão do Movimento Sindical. Prevê-se, igualmente, a forma de participação dos trabalhadores no debate das questões do Congresso, e reafirma-se o princípio da paridade da comissão organizadora, que poderia basear-se na distinção entre sindicatos defensores da

Congresso dos Sindicatos. Num reprovam a atitude das direcções dos sindicatos que contestam a realização do Congresso este ano. Na outra, repudiam «todas as formas que tendem a impedir a realização do Congresso de todos os sindicatos na intenção da divisão de quem tudo produz e nada tem», e exigem que o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto se faça representar na Comissão Organizadora Nacional do Congresso.

... SIM À UNIDADE

Os trabalhadores do Sindicato da Celulose, Papel, Cartoneagem e afins da Zona Norte, reunidos em plenário, aprovaram uma moção em que apelam para a unidade dos trabalhadores e dos sindicatos no próximo Congresso da central única existente no País, e exigem que o Congresso se realize este ano e que se discuta em plenários tudo o que aponte para a unidade sindical.

Apelam ainda para os sindicatos que contestam a central única «para os perigos do divisionismo dos trabalhadores que apenas serve a reacção».

Trabalho

Seculo
14/9/76

«Sindicatos democráticos» acusam

Intersindical está a apropriar-se de princípios da «Carta Aberta»

COIMBRA — O Secretariado da Intersindical e a sua comissão organizadora do II Congresso dos Sindicatos foram acusados, ontem, em Coimbra, num encontro de aderentes da linha da «Carta Aberta», de se estarem a locupletar com os princípios defendidos por essa tendência sindicalista. Aproveitando-se do conteúdo das reuniões havidas com os defensores de um congresso de todos os sindicatos para a unidade, mas pegando-lhe apenas pela rama, estabeleceram a confusão, ao dar a tais princípios a volta necessária para pô-los ao seu serviço.

Este método foi denunciado por Vitor Gonçalves, do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, cuja direcção rejeitou fazer parte da referida comissão,

ro). Foi proposta e aceite, por período do fascismo, e até de unanimidade, a seguinte ordem de trabalhos: análise do levantamento sindical em Portugal e análise da situação actual do movimento sindical.

O primeiro ponto foi deixado de remissão para a jornada de hoje, por não estarem ainda coligidos todos os elementos referentes aos diversos sindicatos do País. Quanto ao ponto segundo, por onde se iniciaram os debates, desdobrou-se em duas alíneas: análise da reunião de 4 de Agosto de 1976; e, actualização futura.

Traição nas lutas

Foi de início referido que a Intersindical se organizou já no

ainda são muitos os trabalhadores do nosso País que não estão mobilizados para uma causa, vindos de antes do 25 de questão tão importante como esta.

«O secretariado procurou dar uma volta a esta questão, dizendo que os estatutos se não forem discutidos a nível dos trabalhadores, o foram ao nível de algumas estruturas. O que é certo é que a maioria dos trabalhadores não participou nessa discussão, não esteve representada no congresso de 65.»

Central única

«Se não estiveram representados por duas ordens de razões: primeiro, porque uma grande parte deles não participou nas

democrática e autónoma, dizemos e sempre temos dito que aquela não é a Central que queremos, que aquela tem de ser assimilada pelo movimento sindical português, aquela não pode continuar a ser a barreira e a cisão institucionalizada no movimento sindical português. E o congresso que surgir dessa comissão organizadora não reflecte, à partida, condições para que seja um congresso dos sindicatos portugueses e isto, fundamentalmente, porque nenhum dos princípios que nós defendemos e que procuravam definir o conteúdo e uma prática democrática no seio da própria comissão nacional organizadora, onde todas as correntes de opinião sindical fossem, de facto, respeitadas e integradas, nenhum desses princípios prevaleceu.

«Não se percebe como é que determinada corrente de opinião, fundamentalmente quando está hegemonicamente representada nessa comissão, pode respeitar outras opiniões sindicais, se até aqui nunca o fez»

Estratégia

Nos debates de ontem, que se centraram na análise actual do movimento sindical, intervieram vários dos cento e vinte delegados de 48 sindicatos representados, apontando alguns o Partido do dr. Alvaro Cunhal como corrente transmissora do Secretariado da Inter e veiculador de perigoso social-imperialismo. Mantiveram-se outros, menos timoratos, nos estritos limites da linha «carta aberta», procurando apontar, nesse âmbito, objectivos concretos com vista a um congresso democrático dos sindicatos.

Sobre a futura acusação dos sindicatos democráticos, foi manifestado o desejo de que ela se torne mais objectiva do que tem sido até aqui. Um documento analítico da actualização do Secretariado da Inter, subscrito por alguns sindicatos e que foi posto à discussão, traça alguns pontos gerais da estratégia a seguir no futuro, pelos signatários e aderentes da «Carta Aberta». A sua discussão prosseguirá hoje, após o que será votado, juntamente com outras propostas, antes do encerramento do encontro, previsto para cerca das 20 horas. Então se saberá quais as conclusões e posições extraídas do encontro.



Vitor Gonçalves, do Sindicato dos Bancários, no uso da palavra

Telefoto

segundo disse, por não ser este sindicato, ou mesmo os seis ou sete nela representados como defensores do projecto dos sindicalistas democráticos, que poderiam dispor de qualquer influência, a nível de voto, para tornar tal comissão democrática, e capaz de catalisar as outras direcções sindicais. «Nós, quando muito (dise esse dirigente sindical), poderíamos dar uma cobertura de democraticidade a uma comissão que nós chamamos comissão de divisão».

Os trabalhos deste novo encontro de representantes de sindicatos democráticos — que se reunem em Coimbra pela quinta vez, desde 26 de Junho decorreram num anfiteatro da Faculdade de Letras, a partir das 16 horas, dirigidos por uma mesa de que fizeram parte José Luís Gaspar, José Luís Sousa, José Viana (respectivamente dos Sindicatos de Empregados de Escritório de Lisboa, Faro e Porto); Vitor Gonçalves (Bancários do Sul e Ilhas) e Pinto da Silva (Metalúrgicos de Avel-

uma forma perfeita, dados os condicionamentos da luta de então. Nasceu, todavia, sem a participação da esmagadora maioria dos trabalhadores, surgindo em 26 de Abril, agarrada as posições conquistadas e mais atrelada ao carro momentaneamente vencedor do PCP do que ao serviço dos trabalhadores que diz defender, mas que atraição nas lutas que têm travado. Por isso, afirmou-se, ainda, não é a Central Sindical Única que aí temos, espantada, na lei da unidade, a forma de organização sindical que se pretende, por lhe faltar a democraticidade parificadora.

Considerou Vitor Gonçalves na sua introdução à análise do movimento sindical:

«No fundo põe-se a questão fundamental de os trabalhadores não terem podido discutir, como forma de organização, a sua Central Sindical Única. Não o puderam fazer e, até agora, tudo tem sido feito para que o não façam. E, na realidade,

eleições das direcções que escolheram esses projectos sindicais. Abril, nem poderia realmente essa eleição reflectir uma discussão democrática entre eles, dado que a situação do País não permitia esse facto; e as direcções que intervieram nesse congresso eram, de facto, exclusivamente, ou quase exclusivamente, vindas do 24 de Abril. Outro tipo de razões: sempre que se queria discutir essas questões, os trabalhadores ou eram agredidos fisicamente, ou eram rotulados, caluniados como fascistas, agentes da CIA, ou do que quer que seja. De qualquer forma eram sempre apontados como inimigos dos interesses dos trabalhadores. Por esta ordem de razões, mas respeitando a existência da Central, é que se propõe a estratégia de, dentro dela mesma, discutirmos e lutarmos pela sua democratização, lutarmos pela reformulação das suas estruturas. Nós, que sempre defendemos a existência de uma Central Sindical Única,

Seguros

Companhia rejei administrador

Os trabalhadores da Companhia Europeia de Seguros (Zona Sul) tomaram posição relativamente à nomeação do dr. Firmiano Rocha para o cargo de administrador por parte do Estado naquela empresa. Assim, segundo um comun-

Presentes 48 delegações sindicais em representação de meio milhão de trabalhadores

COIMBRA, 13 — Cerca das 15 horas, no anfiteatro 3 da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, começou o plenário dos Sindicatos subscretores e aderentes da «Carta Aberta».

A partida se verificou que as instalações eram mais do que insuficientes para albergar os representantes dos Sindicatos e dos órgãos de Comunicação Social que a Coimbra se deslocaram.

A um dos trabalhadores da Faculdade foi proposta a mudança de sala. Este, porém, negou-se, dizendo que «o Sr. Dr. deu ordem para ceder apenas esta sala», não especificando, contudo, o autor da determinação.

Em face disto, havia cadeiras e bancos colocados em toda a parte, participantes sentados nos degraus do anfiteatro, até às 17h30, hora a que foi possível mudar para o Anfiteatro 2 da mesma Faculdade, mais amplo e com melhores condições. Mesmo assim, havia de surgir uma limitação. As 20 horas, «para não causar problemas ao pessoal da Universidade», os trabalhos teriam de terminar.

Estava aberto, pois, o caminho para se suspeitar de um boicote à reunião, facto, aliás, que surgiu como repetição do acontecido em 23 e 24 de Agosto, com os hotéis.

★ 48 SINDICATOS PRESENTES

Quarenta e oito delegados de Sindicatos, representando mais de meio milhão de trabalhadores, aderentes ou subscretores da «Carta Aberta», estiveram nos anfiteatros 2 e 3 da Faculdade de Letras, com o intuito de analisar a situação do movimento sindical português, apontando sempre para o Congresso Nacional dos Sindicatos que a Intersindical pensa realizar, tendo, para o efeito, efectuado uma reunião preparatória no passado dia 4.

Nesta reunião foi analisada, conforme os órgãos de Informação se fizeram eco, a actuação que podem ter no futuro os Sindicatos ditos democráticos e aqueles que se dizem afectos à linha da Unidade.

★ NÃO HAVERÁ SEGUNDA CENTRAL SINDICAL

Apesar de a reunião de hoje ter terminado, por imposição, às 20 horas, foram tomadas algumas deliberações de peso, embora não definitivas. Foi aprovada a ordem de trabalhos, foram produzidas afirmações que definiam princípios, mas não foram vetadas conclusões. No entanto, em comunicado distribuído, os sindicatos reunidos determinaram:

a) Repudiar as manobras cisionistas e de manipulação dos trabalhadores prosseguidas pela Intersindical;

4 de Setembro no Instituto Superior Técnico durante os trabalhos da R.G.S. — Reu-

nião Geral de Sindicatos — que tinha sido convocada pela Intersindical.

b) Reafirmar a sua disposição de prosseguir a luta pela edificação de uma Central Sindical Única, democrática e independente, controlada pelos trabalhadores e ao seu serviço;

c) Não permitirão que a C.N.O. do Congresso democrático de todos os sindicatos seja maioritariamente controlada por qualquer força política ou linha sindical e exigem que nela participem sem discriminação todas as linhas sindicais com expressão no actual movimento sindical português;

d) Exigem que todas as fases de preparação e realização do congresso de todos os sindicatos para a unidade decorram em completa abertura à imprensa, competindo aos trabalhadores e à própria C.N.O. denunciarem e combaterem com a verdade os pontos de vista errados ou as deturpações da imprensa reaccionária;

e) Exigem que o Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade se realize em data e com prazos que garantam a sua democracia e possibilitem a ampla discussão de todos os trabalhadores, em todas as questões;

f) Divulgar amplamente este documento e promover ampla discussão de todas estas questões junto dos seus associados e dos trabalhadores em geral, mostrando o significado e a importância que o Congresso dos Sindicatos assume na situação política actual.

O «não» à segunda central sindical surge com uma moção apresentada e uma declaração de princípios em que se preconizava, em vez da segunda central sindical, a institucionalização do movimento sindical português. A aquilatar pelas intervenções que se seguiram, estas duas propostas deverão obter o consenso geral.

Entretanto, os Sindicatos de Seguros do Norte e do Sul apresentaram uma proposta na qual defendiam o princípio de que os sindicatos afectos à «Carta Aberta» deveriam recusar qualquer cargo na C.N.O.P. — Comissão Nacional Organizadora Provisória — que fora eleita em

Sindicatos da «carta aberta» em Coimbra

Intersindical pretende «estabelecer a confusão»

Em Coimbra, no decorrer do encontro de sindicalistas afectos à chamada linha da «carta aberta», a Intersindical e a sua comissão organizadora do II Congresso dos Sindicatos foram acusadas de estarem a apropriar-se dos princípios defendidos por aquela primeira linha sindicalista, com a finalidade de «estabelecerem a confusão».

A denúncia foi feita pelo dirigente do Sindicato dos Bancários do Sul, Vitor Gonçalves. O encontro reúne mais de uma centena de sindicalistas, representando 48 sindicatos, 14 dos quais estão filiados na Intersindical. No total, esses sindicatos representam mais de meio milhão de trabalhadores.

As reuniões têm decorrido num dos anfiteatros da Faculdade de Letras. Ontem, estavam previstos dois pontos de discussão: análise e levantamento do sindicalismo em Portugal e a situação actual do movimento sindical. Só o segundo seria abordado, já que os participantes consideraram que não dispunham de todos os

elementos necessários para fazer uma análise do primeiro ponto. O segundo ponto em discussão seria desdobrado em duas alíneas: a análise da reunião de 4 de Agosto passado e a actuação futura a desenvolver. Como se sabe, trata-se da quinta vez que os sindicatos da «carta aberta» efectuam uma reunião em Coimbra.

No discurso que proferiu, Vitor Gonçalves afirmou que, no fundo, «põe-se a questão fundamental de os trabalhadores não terem podido discutir, como forma de organização, a sua Central Sindical Única. Não o puderam fazer e, até agora, tudo tem sido feito para que o não façam... o secretariado procurou dar uma volta a esta questão, dizendo que os estatutos se não foram discutidos a nível dos trabalhadores, o foram a nível de algumas estruturas. O que é certo é que a maioria dos trabalhadores não participou nessa discussão, não esteve representado no congresso de 75».

Depois de sublinhar que as condi-

ções existentes no País, no ano passado, não permitiriam a expressão livre dos trabalhadores sobre questões sindicais, Vitor Gonçalves disse: «nós, que sempre defendemos a existência de uma Central Sindical única, democrática e autónoma, dizemos e sempre temos dito que aquela não é a Central que queremos, que aquela tem que ser assimilada pelo movimento sindical português, aquela não pode continuar a ser a barreira e a cisão institucionalizada no movimento sindical português. E o congresso que surgir dessa comissão organizadora não reflecte, à partida, condições para que seja um congresso dos sindicatos portugueses, e isto fundamentalmente porque nenhum dos princípios que nós defendemos e que procuravam definir o conteúdo e uma política democrática no seio da própria comissão nacional organizadora, onde todas as correntes de opinião sindical fossem, de facto, respeitadas e integradas, nenhum desses princípios prevaleceu... não se percebe como é que

determinada corrente de opinião, fundamentalmente quando está hegemonicamente representada nessa comissão, pode respeitar outras opiniões sindicais, se até aqui nunca o fez».

DEBATE TELEVISIVO

A RTP, conforme temos vindo a anunciar, transmite, na noite de hoje, na sua rubrica «Terça-feira à Noite», um debate sobre sindicalismo, com dois representantes da comissão nacional organizadora provisória do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses (oferta à Intersindical) e dois sindicalistas da chamada «carta aberta». Mediará a discussão, como sempre, o jornalista Joaquim Leiria, director do semanário «O Jornal». Sanados os problemas surgidos com a possibilidade de recusa do debate, por parte dos elementos da comissão, os telespectadores aguardam com interesse a realização do programa.

Novo
14/9/76

INTERSINDICAL REBATE PROJECTO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Capital 15/5/72

UMA nota oficiosa do Ministério do Trabalho, ontem divulgada, afirmava o propósito daquele departamento em publicar vários decretos-leis sobre importantes matérias relacionadas com o trabalho, adiantando que os projectos dos diplomas estavam em elaboração e que se aguardavam, no prazo de 15 dias, as sugestões dos trabalhadores. Relativamente a esta nota oficiosa, emitiu o Secretariado da Intersindical um extenso comunicado, em que «condena severamente mais esta decisão governamental contrária aos direitos dos trabalhadores», manifestando por outro lado «o firme propósito de tudo fazer para que seja cumprida a Constituição, respeitada a Assembleia da República e garantida a efectiva participação dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho».

Passando a expor os argumentos em que fundamenta a sua posição, declara o Secretariado da Intersindical:

Vinda no seguimento do discurso antipopular do Primeiro-Ministro, a nota oficiosa anuncia a preparação de graves medidas, cujo objectivo é o de dar concretização aos projectos de recuperação capitalista então expostos ao País.

O Governo propõe-se legislar sobre matérias tão importantes para os trabalhadores como são, a contratação colectiva, os despedimentos, os contratos a prazo, os direitos dos trabalhadores rurais, domésticos e estrangeiros, os saneamentos nas empresas e as empresas sob gestão operária e cooperativas.

A prática seguida pelo Governo, o discurso do Primeiro-Ministro e as declarações públicas do ministro do Trabalho, fornecem infelizmente indicações seguras de que se pretende legislar contra os interesses, direitos e conquistas dos trabalhadores. Que não se hesita em violar a Constituição. Pretende-se limitar ainda mais o direito de contratação colectiva; facilitar os despedimentos sem justa causa; impedir a segurança de emprego através da generalização dos contratos a prazo; permitir a reintegração de fascistas saneados das empresas; devolver ao patronato empresas que os trabalhadores salvaram da sabotagem económica, etc.

Se assim não fosse, o Ministério do Trabalho não teria recorrido, na sua nota oficiosa, aos malabarismos verbais com que pretende fundamentar a violação efectiva do direito à participação organizada dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho, que é garantido pela Constituição.

O comunicado da Intersindical prossegue: Enquanto a Constituição (art.º 56.º e 58.º)

reconhece aos sindicatos e comissões de trabalhadores o direito de participarem na elaboração da legislação do trabalho, vem o Ministério do Trabalho afirmar que esse direito só poderá ser exercido junto da Assembleia da República.

Porém, o Governo tem competência para elaborar legislação do trabalho ao abrigo de autorizações legislativas concedidas pela Assembleia da República, ou sobre matérias não reservadas à competência desta. É evidente que, com tal argumentação, o Ministério do Trabalho pretende afastar a intervenção organizada dos trabalhadores sempre que seja o Governo a tomar a iniciativa de elaborar leis do trabalho, como é o caso presente.

Não admira, pois, que a nota oficiosa apele a uma participação desorganizada, divisionista, completamente à margem da estrutura sindical, para impedir que se realize a unidade dos trabalhadores sobre o conteúdo da legislação do trabalho a reinvidicar perante os órgãos do Estado.

Por outro lado, o Ministério do Trabalho reconhece expressamente ao patronato o direito de intervir na elaboração das leis do trabalho, violando assim a Constituição, que só aos trabalhadores reconhece tal direito. Deste modo, o próprio Governo dá lugar à violação da autonomia dos sindicatos perante o patronato, ao permitir a este interferir no exercício de direitos que só aos trabalhadores pertencem.

Neste simulacro de participação, há ainda a referir o prazo deliberadamente curto de 15 dias para as organizações de trabalhadores se pronunciarem sobre 8 projectos de tão

grande importância, cujo texto, aliás, nem é dado a conhecer, o que é demonstrativo da nula eficácia que o Governo reserva à participação dos trabalhadores.

«Grave precedente»

Mais adiante, afirma-se: O Governo prepara-se para transformar o direito de participação dos trabalhadores, numa consulta de fachada, à boa maneira do extinto Ministério das Corporações. Prepara-se acintosamente para fazer letra-morta da Constituição da República, neste ponto que corresponde a uma das mais significativas conquistas do 25 de Abril. Procura criar um grave precedente a partir do qual ficariam em perigo os principais direitos dos trabalhadores e das suas organizações. Pelo seu lado, a Intersindical não deixará de defender a participação efectiva dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho, através da estrutura sindical, e com proibição total de consulta ao patronato. Essa participação só corresponderá ao imperativo constitucional se for reconhecido que nenhuma lei sobre os direitos dos trabalhadores poderá ser promulgada contra o desacordo expresso dos trabalhadores, manifestado através da estrutura sindical.

O propósito grosseiro de violar a Constituição é patente, ainda, no facto de o Ministério do Trabalho vir agora afirmar, sem o menor reboço, que teria competência para elaborar as projectadas leis. O que é falso, pois todas elas dizem respeito a direitos fundamentais dos trabalhadores, matéria da competência exclusiva da Assembleia da República, nos termos do art.º 167, alínea c) da Constituição.

Sobre as matérias indicadas, o Governo só pode legislar com autorização da Assembleia da República, que não foi concedida. O próprio ministro do Trabalho, dr. Marcelo Curto, anunciou publicamente a sua intenção, depois não concretizada, de pedir autorização legislativa precisamente sobre as mesmas matérias que agora pretende regular, o que não deixa dúvidas sobre a intenção de não respeitar os poderes da Assembleia da República.

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS METALÚRGICOS CRITICA DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO

«NA comunicação ao País através da TV, os trabalhadores portugueses foram na passada quinta-feira, dia 9 de Setembro, brindados com 70 minutos de insultos e ameaças», foi afirmado durante uma conferência de imprensa realizada hoje, a meio da manhã, na sede da Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos, destinada a revelar as conclusões do plenário de direcções sindicais metalúrgicas, que teve lugar a 13 e 14 do mês em curso. No decorrer do plenário, foram aprovados vários documentos, entre os quais um criticando o discurso do Primeiro-Ministro, Mário Soares, onde se afirmou ainda que «o primeiro Governo Constitucional colocou-se (...) abertamente contra a Constituição portuguesa.»

Na conferência de imprensa sobressaíram as intervenções de José Baleicho e de José Manuel Pereira, ambos membros do secretariado da federação, bem como Raul Manquinho, do Sindicato Metalúrgico de Lisboa. Presentes ainda elementos dos Sindicatos Metalúrgicos de Santarém e de Viseu.

Na sua crítica ao discurso do dr. Mário Soares, um documento (referenciando aspectos da actual crise que o País atravessa e que foram evidenciados na intervenção do Primeiro-Ministro) afirma a dado passo que «a crise para o senhor Primeiro-Ministro é fácil de explicar, na medida que esquece os seus principais responsáveis. Para o dr. Mário Soares, o fascismo que sofre nos durante 46 anos teve pouca influência na situação económica actual. A exploração desenfreada dos monopólios da Europa capitalista e dos Estados Unidos pouca ou nenhuma influência teve para o Chefe do Governo. Os latifundiários, esses então, segundo o Primeiro-Ministro, abriram caminho a uma Reforma Agrária que se não foi o êxito esperado pelo Governo não foi por falta de vontade dos agrários, mas por erros dos trabalhadores agrícolas.»

Segundo as indicações textuais do documento, e acerca das medidas anunciadas pelo Governo, as mesmas «são contrárias ao espírito do 25 de Abril e impedem a concretização dos objectivos consignados na Constituição, nomeadamente o seu artigo 2.º, onde se define a República Portuguesa como um Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democráticas, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras.»

«Tempo de nos unirmos»

Um outro documento considerado importante («Contra a recuperação capitalista e contra o divisionismo e o oportunismo») diz que «é tempo de nos unirmos» pois «o Governo planeia limitar o direito à greve e ameaça

os trabalhadores com as forças de segurança; pretende fazer regressar os patrões sabotadores às empresas e facilitar o despedimento de trabalhadores; projecta permitir o aumento dos preços dos produtos e impedir a actualização dos salários de acordo com a subida do custo de vida; prepara-se para indemnizar em milhões de contos os latifundiários e outros parasitas e retirar aos trabalhadores parte do 13.º mês.»

Foi revelado também que «as direcções dos Sindicatos Metalúrgicos Portugueses preocupadas com o sectarismo e a escalada reaccionária dos órgãos da Informação, nomeadamente na Rádio e na Televisão, cujos programas são cada dia mais medíocres, divisionistas, antioperários e favoráveis à recuperação capitalista» decidiram incumbir o Secretariado da Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos de propor uma entrevista ao secretário de Estado da Comunicação Social e às direcções da Radiotelevisão Portuguesa, Radiodifusão e às respectivas comissões de trabalhadores e delegados sindicais.

15 SET. 1976

NOVA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

O Governo pretende afastar participação organizada dos trabalhadores

— denuncia a Intersindical

«O Secretariado da Intersindical Nacional condena severamente mais esta decisão governamental contrária aos direitos dos trabalhadores e manifesta o firme propósito de tudo fazer para que seja cumprida a Constituição, respeitada a Assembleia Nacional, e garantida a efectiva participação dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho» — afirma-se numa nota da Intersindical, em que toma posição sobre uma nota do Ministério do Trabalho ontem divulgada e relacionada com nova legislação do trabalho e formas de participação dos trabalhadores na elaboração dos diplomas que lhes dizem respeito.

Depois de ter assinalado, no início do seu comunicado, que esta nota oficiosa surge na sequência do discurso do dr. Mário Soares, em que «anuncia a preparação de graves medidas, cujo objectivo é o de dar concretização aos projectos de recuperação capitalista», a Intersindical afirma: «A prática seguida pelo Governo, o discurso do Primeiro-Ministro e as declarações públicas do ministro do Trabalho, fornecem infelizmente indicações seguras de que se pretende legislar contra os interesses, direitos e conquistas dos trabalhadores, que não se hesita em violar a Constituição, pretende-se limitar ainda mais o direito de contratação colectiva, facilitar os despedimentos sem justa causa, impedir a segurança de emprego através da generalização dos contratos a prazo, permitir a reintegração dos fascistas nas empresas, devolver ao patronato empresas que os trabalhadores salvaram da sabotagem económica, etc.»

No entender da Intersindical, a participação dos trabalhadores na elaboração da legislação que lhe respeita directamente «só corresponderá ao imperativo constitucional se for reconhecido que nenhuma lei sobre os direitos dos trabalhadores poderá ser promulgada contra o desacordo expresso dos trabalhadores manifestado através da estrutura sindical».

PAZ CURTO PARTICIPAÇÃO DESORGANIZADA

No mesmo documento, a Intersindical argumenta que com

a sua nota oficiosa o ministro do Trabalho «pretende afastar a intervenção organizada dos trabalhadores sempre que seja o Governo a tomar a iniciativa de elaborar leis do trabalho».

E prossegue: «Não admira, pois, que o Ministério do Trabalho apele a uma participação desorganizada, divisionista, completamente à margem da estrutura sindical, para

impedir que se realize a unidade dos trabalhadores sobre o conteúdo da legislação do trabalho a reivindicar perante os órgãos do Estado.»

Segundo a Intersindical, o reconhecimento da parte do M. T. de que o patronato tem o direito que só aos trabalhadores reconhece tal direito. «Destemodo», acrescenta, «o próprio Governo dá lugar à violação da autonomia dos sindicatos perante o patronato, ao permitir que este interfira no exercício dos direitos que só aos trabalhadores pertencem.»

Depois, refere a Central Única dos Trabalhadores, tem de ser referido o prazo «deliberadamente curto de 15 dias para as organizações de trabalhadores se pronunciarem sobre oito

projectos de tão grande importância, cujo texto aliás, nem é dado a conhecer, que é demonstrativo da nula eficácia que o Governo reserva a participação dos trabalhadores».

Deste modo, afirma o Secretariado da Intersindical, «o Governo procura criar um grave precedente a partir do qual ficariam em perigo os principais direitos dos trabalhadores e as suas organizações».

Da análise resulta a afirmação da parte daquele organismo, de que «não deixará de defender a participação efectiva dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho, através da estrutura sindical e com proibição total de consulta ao patronato».

Sobre a "nota oficiosa" "Era a única fórmula"

— afirmou Marcelo Curto

O ministro do Trabalho, dr. Marcelo Curto, referiu-se, ontem, à entrada para o Conselho de Ministros, à participação dos trabalhadores na revisão ou alteração das leis do trabalho. Afirmou: «É como os trabalhadores quiserem, por sindicatos, por federações, Intersindical. Nós não nos imiscuimos nisso».

Mas, imediatamente depois, sobre as críticas da Intersindical ao discurso do Primeiro-Ministro, Marcelo Curto afirmaria que se trata de uma linha partidária, «uma linha ligada ao P. C.», e que acha que as críticas da Intersindical «não têm fundamento, que são processos de intenção».

Antes, Marcelo Curto tinha

referido que «dado a questão sindical não estar completamente esclarecida e dado ainda que é necessário ouvir as comissões de trabalhadores que não estão unificadas, achamos que era a única fórmula de fazer participar os trabalhadores na elaboração

da legislação». Referia-se ao processo anunciado na nota oficiosa do Ministério do Trabalho ontem divulgada.

Sobre a revogação da Lei da Unidade Sindical, ainda à entrada do Conselho de Ministros, referiu que «é uma proposta de lei que nós apresentaremos à Assembleia da República. A consulta será feita nos termos que a Assembleia decidir».

Outro ponto que mereceu perguntas dos jornalistas foi a questão das empresas em autogestão. Sobre o assunto, referiu o ministro do trabalho que «temos que verificar se o abandono das empresas e a correspondente ocupação por parte dos trabalhadores tem uma justificação ou fundamento e se tiver nós entregaremos as empresas aos trabalhadores. Neste momento, existem 124 empresas que serão entregues aos trabalhadores. Essas empresas, que foram ocupadas a partir de 1975 e não foram contestadas pelas entidades patronais a partir do meu despacho de Fevereiro de 1976, são principalmente empresas têxteis, de hotelaria e algumas empresas metalomecânicas do Norte».

Trabalho

«Carta aberta» em Coimbra

Enquanto existir Intersindical não será possível uma central única

COIMBRA — Quem assistiu aos debates do quinto encontro dos sindicatos democráticos, que nestes dois últimos dias decorreu em Coimbra — e os jornalistas puderam fazê-lo sem serem expulsos nem pagar em venâmes as custas do processo de informação — viu reforçada a certeza de que a Intersindical e o comum dos trabalhadores fizeram um mau casamento que

tribes as mais diversas. Desde organização de golpistas, de chantagistas, oferta do gongalvismo ao PCP, de tudo teria escutado qualquer camuflado observador da Intersindical que porventura se se tivesse insinuado na sala das sessões. Um sindicalista de Leiria, ao defender a urgência da reestruturação do movimento sindical em conformidade com os princípios da

mento sindical, endureceu a posição dos aderentes da Carta Aberta que debateram medidas bastante radicais para quebrar o impasse. Um documento arábico e pragmático apresentado no plenário pelos sindicatos de Ourivesaria e Relojoaria do Sul, Telefonistas de Lisboa e Comércio e Escritórios de Leiria foi aprovado por grande maioria, em virtude dos seus termos,

gências e as divisões actualmente existentes no seio dos trabalhadores (e de que boa parte da responsabilidade pertence a política antidemocrática da Intersindical) sejam «resolvidos» (quer dizer, escondidos!) em arranjos e acordos conduzidos ao nível das direcções sindicais nas costas dos trabalhadores — como quer a Intersindical — e não em amplas discussões e debates públicos (a todos os níveis), entre todos os pontos de vista, existentes entre o povo trabalhador, com base nas razões e nos princípios que cada um defende — como querem os sindicatos democráticos.

«Que os órgãos de Informação não tenham total e livre acesso a tudo o que diga respeito à preparação e realização do Congresso — como pretende a Intersindical e é seu hábito. Seria importante e interessante saber quais os órgãos de Informação e os trabalhadores da Informação que concordam com a Intersindical.

«Que seja a Intersindical, ou qualquer órgão a quem ela reconheça competência para isso, a decidir qual é a «Imprensa reaccionária» e a «Imprensa revolucionária», ou que, não considerando oportuno adiantarem a sua opinião nesta matéria, decidam (?) tratá-la toda como reaccionária!...

«Pretendem assim iludir, de forma demagógica, e tentando obrigar os trabalhadores a seguir a lógica da avestruz, os dois problemas de fundo quanto a esta questão: o 1.º é que a Intersindical, como estrutura antidemocrática e antioperária que é, teme a discussão pública dos seus princípios, dos seus pontos de vista e dos seus actos; o 2.º é que se existe (e nós sabemos que existe) Imprensa reaccionária (e quem pode garantir que entre ela se não encontra precisamente aquela que a Intersindical desejaria fosse defendida), que se existem ilusões entre os trabalhadores quanto a muitos dos pontos de vista que a Imprensa difunde e promove, isso é o reflexo de uma realidade que, para ser ultrapassada, deve ser encarada de frente, mobilizar para ela as massas, e não tentar iludi-la. E é isso precisamente que a Intersindical parece temer ou ser incapaz de compreender!

«Aquela Intersindical mostra claramente é que desconfia da capacidade dos trabalhadores para, através da discussão aberta e franca, de todos os pontos de vista, perceberem claramente o que lhes serve do que não lhes serve, e, por isso, insiste em tratar os trabalhadores como menores! Ou então, o que ela verdadeiramente teme, é ver as suas posições e as suas opiniões, aberta, democrática e publicamente confrontadas com as de quem quer que seja, e por isso pensa poder encobrir a sua própria natureza, gritando para outros «agarrá que é ladrão», ou «fujam que é reaccionário!»

«Em qualquer caso, o que nós consideramos reaccionário, é a sua pretensão de escamotear os problemas perante os trabalhadores e de pretender «resolvê-los» (adiá-los) através de negociações e «acordos» nas costas dos trabalhadores.»

Abertura à Imprensa

Por último, os sindicatos democráticos deliberaram:

a) Repudiam as manobras divisionistas e de manipulação dos trabalhadores prosseguidas pela Intersindical;

b) Reafirmam a sua disposição de prosseguir a luta pela edificação de uma Central Sindical Única, democrática e independente, controlada pelos trabalhadores e ao seu serviço;

c) Não permitirão que a Comissão Nacional Organizadora do Congresso Democrático de todos os sindicatos seja maioritariamente controlada por qualquer forma política ou linha sindical, e exigem que nela participem, com discriminação, todas as linhas sindicais com expressão no actual movimento sindical português;

d) Exigem que todas as fases da preparação do Congresso de todos os sindicatos para unidade decorram em completa abertura à Imprensa, competindo aos trabalhadores, às suas organizações e à própria CNO denunciarem e combaterem com a verdade os pontos de vista errados ou deturpados da Imprensa reaccionária;

e) Exigem que o Congresso de todos os sindicatos para a unidade se realize em data e com prazos que garantam a sua democracia e possibilitem a ampla discussão de todos os trabalhadores em todas as questões;

f) Divulgar amplamente este documento e promover uma ampla discussão de todas estas questões junto dos seus associados e dos trabalhadores em geral, mostrando o significado e a importância que o Congresso dos Sindicatos assume na situação política actual.

Debate nato

Ontem à noite, no programa «Terça-feira à noite», quatro sindicalistas falaram do Congresso.

Em virtude da falta de espaço, não nos é possível apresentar notícia sobre o acontecimento, o que faremos na próxima edição.



Momento do debate em Coimbra

está prestes a desmanchar-se. Embora os princípios da lei do divórcio não hajam sido congeminações contra a lei da unidade sindical, irão ser, por certo, aplicados neste caso de unidade formal forçada e infeliz onde o amor, que gera a união espontânea, parece não abundar.

O número de sindicatos da linha da Carta Aberta cresceu, na segunda jornada do encontro, de 48 para 51, tendo surgido a necessidade de transferir os trabalhos para um anfiteatro mais amplo da Faculdade de Letras.

Que entre os participantes houvesse algum «submarino» da Inter, foi hipótese aventada. Contra o secretariado da Central Sindical choveram, no decurso da totalidade das intervenções, que foram muitas, di-

Carta Aberta, revelou que o sindicalismo burocrático da Inter era aprendido na Rússia, na Checoslováquia e na Bulgária, para onde a actual central sindical enviava, de três em três meses, elementos seus. «Enquanto existir Intersindical — ou um representante dos telefonistas de Lisboa — não será possível uma central única de todos os trabalhadores, pois a Inter é o factor de cisão, cujo secretariado contestamos como golpista, antidemocrático e dependente.»

Sem dúvida que a reunião geral de sindicatos que esse secretariado levou a efeito, no pretérito dia 4, e que recusou uma comissão nacional organizadora do congresso dos sindicatos, na qual estejam paritariamente representadas as correntes de opinião com expressão no movi-

nada contemporizadores com a linha Inter-PCP, e altamente instigadores à intensificação de uma batalha sem tréguas em defesa da paridade na organização de um «congresso democrático de todos os sindicatos para a unidade, contra a demagogia, o obscurantismo e a cisão». Desse documento, que compreendia as conclusões oficiais do encontro de Coimbra, considera-se a dado passo:

«A Intersindical está isolada dos trabalhadores, e não será a demagogia ou a chantagem que a salvarão. Os senhores da Intersindical sabem que não têm força nem autoridade para organizar um congresso democrático de todos os sindicatos, sem o apoio e a cobertura dos sindicatos democráticos. E isto porque a sua actuação e a sua direcção têm tanto a ver com os interesses dos trabalhadores como os sindicatos corporativos. Por isso se abusivamente ela pode pretender implicar os trabalhadores nas manobras que vem dirigindo contra eles.»

Depois de revelar factos comprovativos desta afirmação, conclui o mesmo documento:

«Por isso é que, numa manifestação ao mesmo tempo de fraqueza e de arrogância, a Intersindical faz aprovar nesse plenário (de 4 de Setembro) uma Comissão Nacional Organizadora Provisória em que inclui sindicatos democráticos que não só não estavam presentes como tinham denunciado e repudiado publicamente as decisões e as intenções de tal plenário.»

Mais adiante, ainda, o documento número dois, aprovado como conclusões do encontro:

«Os sindicatos democráticos reafirmam a sua firme determinação de lutar por um congresso democrático de todos os trabalhadores portugueses; de lutar pela criação de uma Central Sindical única, democrática, controlada pelos trabalhadores; e repudiam essas manobras de pressão, de chantagem, de golpe e de cisão que o Secretariado da Intersindical persiste em utilizar como sua arma preferida. Não será com a cobertura dos sindicatos democráticos que a Intersindical renascerá do seu descrédito para pôr de pé uma política que firmemente combatemos.»

Considera, depois, o mesmo documento aprovado, que o objectivo prosseguido pelo Secretariado da Intersindical não é a realização de um congresso democrático e a constituição de uma Central Sindical única de todos os trabalhadores portugueses, mas sim reanimar uma organização antidemocrática por decreto governamental e confirmada num congresso familiar que os trabalhadores e a imensa maioria das direcções sindicais desconhecem, em que não participaram e que repudiaram. A Intersindical pretenderá, ao fim e ao cabo, o estafado conto do vigário da «evolução na continuidade».

Mas, continua o documento: «É evidente que nenhum trabalhador democrata pode querer aquilo que a Intersindical procura continuar a impor, em nome da sua estranha democracia, isto é:

«Que a Intersindical continue a ser uma organização burocrática, dirigida e controlada por profissionais do sindicalismo e veículo exclusivo da política de um partido ou de um Governo;

«Que a Intersindical continue a ser uma estrutura clandestina para os trabalhadores (daí o seu horror a que a Imprensa divulgue os seus «segredos!»), ao ponto de se recusar a informar os próprios sindicatos sócios de quem são os sindicatos nela filiados, dizendo que isso «faz parte da estrutura da Inter!...» Não há dúvida que para estes senhores o segredo (para com os trabalhadores) é a alma do seu negócio!... Mas nós não seremos cúmplices de tais negócios:

«Que os problemas, as diver-

SINDICATOS DEMOCRÁTICOS NÃO ABDICAM DE UMA CENTRAL SINDICAL ÚNICA (AUTÓNOMA, DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE)

— OBJECTIVO SUPREMO DEFINIDO EM COIMBRA PELA «CARTA ABERTA»

Continuou, durante o dia de ontem, a reunião dos sindicatos democráticos afectos à linha da «Carta Aberta», em Coimbra, com a presença dos 48 sindicatos já citados na nossa edição de ontem, e ainda os sindicatos dos Tanoeiros de Portugal, Rodoviários de Leiria, Motoristas do Porto, Escritórios e Comércio de Vila Real e Bragança, Rodoviários e Garagens de Braga e Engenheiros do Sul, num total

demagogia ou a chantagem que a salvarão. Os senhores da Intersindical sabem que não têm força nem autoridade para organizar um Congresso democrático de todos os sindicatos, sem o apoio e a cobertura dos sindicatos democráticos. E isto porque a sua actuação e a sua direcção têm tanto a ver com os interesses dos trabalhadores como os sindicatos corporativos. Por isso, só abusivamente ela pode pretender implicar os trabalhadores nas manobras que vem dirigindo contra eles.

Ou não é verdade que o seu Secretariado é constituído por elementos que a classe desconhece ou que os trabalhadores afastaram das suas direcções sindicais, não representando, por isso, ali ninguém senão a eles mesmos e a quem os controla — que não são de certo os trabalhadores?

Ou não é verdade que a Intersindical, em momentos difíceis para o Povo Português como foi o 25 de Novembro, e em grandes lutas de trabalhadores como na T. A. P., C. T. T., Lisnave, T. L. P., etc., se colocou sempre contra os trabalhadores e do lado contrário aos interesses do Povo?

Ou não é verdade que as direcções sindicais que se encontram à frente dos grandes sindicatos, em quem a Intersindical demagógica e abusivamente pre-

filiados, dizendo que isso «faz parte da estrutura da Inter...!» Não há dúvida que para estes senhores o segredo (para com os trabalhadores) é a alma do negócio...! Mas nós não seremos cúmplices de tais negócios!

— Que os problemas, as divergências e as divisões existentes no seio dos trabalhadores (e de que boa parte da responsabilidade pertence à política antidemocrática da Intersindical) sejam «resolvidos» (quer dizer, escondidos!) em arranjos e acordos conduzidos ao nível das direcções sindicais nas costas dos trabalhadores — como quer a Intersindical — e não em amplas discussões e debates públicos (a todos os níveis), entre todos os pontos de vista existentes entre o povo trabalhador, com base nas razões e nos princípios que cada um defende — como querem os Sindicatos Democráticos.

— Que os órgãos de informação não tenham total e livre acesso a tudo o que diga respeito à preparação e realização do Congresso — como pretende a Intersindical e é seu hábito. Seria importante e interessante saber quais os órgãos de informação e os trabalhadores da informação que concordam com a Intersindical!

— Que seja a Intersindical ou qualquer órgão a quem ela reconheça competência para isso,

Depois de aprovadas estas conclusões fundamentais, foram também aprovadas outras propostas — menores, como a de se adiantar na elaboração de um projecto de regulamento do «Congresso de todos os Sindicatos para a unidade» e dos estatutos da pretendida «Central Sindical Única, democrática e independente», a vontade de que os sindicatos democráticos se deverão abster de participar na C.N.O.P. (da Intersindical), e a de que o cadastro de todos os sindicatos, por distritos, deve ficar concluído no prazo de oito dias, com distribuição a todos os sindicatos presentes.

DO NOSSO ENVIADO ESPECIAL RAUL DE ALMEIDA

de 54 sindicatos, representando cerca de 600 000 trabalhadores portugueses.

Paralelamente, dois sindicatos, por telegrama, desligaram-se do grupo Carta Aberta — Metalúrgicos da Guarda e Comércio de Castelo Branco.

CENTRAL SINDICAL ÚNICA E INDEPENDENTE

Visando a Carta Aberta realizar um «Congresso de todos os sindicatos para a unidade», e perante a realidade de o Secretariado da Intersindical ter avançado uma C.N.O.P. — Comissão Nacional Organizadora Provisória com o geral desacordo dos sindicatos democráticos, restava à Carta Aberta estudar formas de acção para conseguir o seu objectivo que, de imediato, se situam em tomadas de posição.

Nesse sentido foram aprovadas várias moções e propostas, a ser publicadas em quatro jornais de Lisboa e dois do Porto, na íntegra, de onde se destaca, pelo que representa de respeito pelos interesses dos trabalhadores, a moção proposta pelo Sindicato dos Seguros do Sul pela «defesa intransigente da Central Sindical Única — Autónoma, democrática e independente», aprovada apenas com duas abstenções.

Outra moção, subscrita pelo Comércio de Lisboa e Escritórios de Coimbra, denuncia frontalmente a Intersindical e suas «práticas golpistas» e apela para um «congresso de todos os sindicatos para a unidade do qual resultaria a verdadeira central sindical única, democrática e independente».

Uma terceira moção, atendendo à que se assiste a uma ampla movimentação, no sentido de pressionar as direcções sindicais democráticas, apela para que os sindicatos presentes denunciem «essas manobras de pressão qualquer que seja o sindicato a elas submetido, através de comunicados nos órgãos de Comunicação Social».

CONTRA A DEMAGOGIA O OBSCURANTISMO E A CISÃO

Porém, o documento mais relevante que foi aprovado — após longa discussão de quatro horas — aponta para uma ampla mobilização para um congresso democrático e de unidade contra a demagogia, o obscurantismo e a cisão.

Esse documento que, como os restantes, será publicado na íntegra nos principais jornais, começa por afirmar:

«A Intersindical está isolada dos trabalhadores, e não será a

tende ir buscar a sua representatividade, se se encontram à frente desses sindicatos devem-no à não participação dos trabalhadores na luta sindical — o que mostra claramente como a Intersindical tem pés de barro.

«É evidente que nenhum trabalhador democrata pode querer aquilo que a Intersindical procura continuar a impor em nome da sua estranha «democracia», isto é:

— Que a Intersindical continue a ser uma organização burocrática, dirigida e controlada por profissionais do sindicalismo e veículo exclusivo da política de um partido ou de um governo;

— Que a Intersindical continue a ser uma estrutura clandestina para os trabalhadores (daí o seu horror a que a imprensa divulgue os seus «segredos»), ao ponto de se recusar a informar os próprios sindicatos sócios de quem são os sindicatos nela

a decidir qual é a «imprensa reaccionária» e a «imprensa revolucionária», ou que, não considerando oportuno adiantarem a sua opinião nesta matéria, decidam (?) tratá-la toda como reaccionária...»!

CONCLUSOES

O documento a que nos vimos reportando, após uma discussão de quatro horas, acabou por obter o consenso geral, com fatos aplausos após a votação, vencendo um outro documento, subscrito pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, com as mesmas conclusões mas de considerandos mais moderados e menos polémicos. As conclusões comuns foram as seguintes, já adiantadas na nossa edição de ontem:

- Repudiam as manobras cionistas e de manipulação dos trabalhadores prosseguidas pela Intersindical.
- Reafirmam a sua disposição de prosseguir a luta pela edificação de uma Central Sindical Única, Democrática e independente controlada pelos trabalhadores e ao seu serviço.
- Não permitirão que a C. N. O. do Congresso Democrático de todos os Sindicatos seja maioritariamente controlada por qualquer força política ou linha sindical e exigem que nela participem, sem discriminação, todas as linhas sindicais com expressão no actual movimento sindical português.
- Exigem que todas as fases de preparação e realização do Congresso de todos os sindicatos para a unidade decorram em completa abertura à imprensa, competindo aos trabalhadores, às suas organizações e à própria C. N. O. denunciarem e combaterem com a verdade os pontos de vista errados ou as deturpações da imprensa reaccionária.
- Exigem que o Congresso de todos os sindicatos para a unidade se realize em data e com prazos que garantam a sua democracia e possibilitem a ampla discussão de todos os trabalhadores em todas as questões.
- Divulgar amplamente este documento e promover uma ampla discussão de todas estas questões junto dos seus associados e dos trabalhadores em geral, mostrando o significado e a importância que o Congresso dos Sindicatos assume na situação política actual.

SINDICATOS DEMOCRÁTICOS CHORAM AS MORTES DE MAO TSÉ TUNG E LUIZ FIGUEIROA

Na reunião de ontem dos sindicatos afectos à Carta Aberta, com mais de cinquenta presenças, foram também aprovadas duas importantes e significativas moções.

Uma moção refere mágoa pela morte de Mao Tsé Tung e de condolências ao povo da China, que os sindicalistas portugueses acompanham neste momento de dor.

Uma outra moção apoia o povo chileno contra o regime fascista de Pinochet e de condolências pela morte do herói chileno Luiz Figueiroa.

De notar que estas moções tiveram uma rápida discussão, só tendo oposição a que se refere a Mao Tsé Tung e ao povo chinês, por parte dos sindicalistas cujos sindicatos já tinham tido igual pronunciamento. Por outro lado, a moção que se refere ao Chile e a Luiz Figueiroa teve o geral e imediato consenso de todos os presentes.

Tónicas das intervenções

O totalitarismo de Salazar e Caetano tem algo de comum com o burocratismo do Secretariado da Intersindical, mas há que ter cuidado com a forma como isso se explica aos trabalhadores que ainda acreditam na Inter.

Por sindicatos democráticos devem entender-se os sindicatos representativos, na medida em que muitos sindicatos se filiaram na Inter sem que as suas direcções sejam, de facto, dos trabalhadores neles filiados.

Não é conhecida dos trabalhadores a realidade da traição do Secretariado a certas lutas de trabalhadores, como no caso da Lisnave, TAP, Padeiros e outros.

A unidade é possível, mas no seio dos trabalhadores. É impossível a unidade no seio da Intersindical, que foi criada à revelia dos trabalhadores.

Há um conjunto de 130 sindicatos que ainda não definiram as suas posições. A Intersindical já assestou as suas baterias sobre eles.

Extremamente grave o tom de conciliação que, de um dia para outro, aparece nesta reunião da Carta Aberta. Não nos podemos esquecer que a Intersindical tem uma estratégia, mas não cede um milímetro.

Muitos trabalhadores estão hoje indecisos, não sabendo como e a quem devem dar crédito. Só com ampla divulgação, na imprensa como nos sindicatos, os trabalhadores poderão ser esclarecidos e optar livremente.

SINDICATOS DA "CARTA ABERTA"

REPUDIAM "MANOBRAS CISIONISTAS"

Cartel 15/8/76

O encontro dos sindicatos subscritores e aderentes da «Carta Aberta», que durante dois dias decorreu em Coimbra, terminou com a aprovação do documento «Por uma ampla mobilização de todos os trabalhadores para um congresso democrático de todos os sindicatos para a unidade, contra a demagogia, o obscurantismo e a cisão».

No referido documento, adoptado como sùmula das conclusões do encontro, os representantes dos sindicatos ali presentes repudiam «as manobras cisionistas e de manipulação dos trabalhadores prosseguida pela Intersindical»; reafirmam «a sua disposição de prosseguir na luta pela edificação de uma central sindical única, democrática e independente, controlada pelos trabalhadores e ao seu serviço»; não permitem que «a comissão nacional organizadora do congresso democrático de todos os sindicatos seja minoritariamente controlada por qualquer força política ou linha sindical e exigem que nela participem, sem discriminação, todas as linhas sindicais com expressão no actual movimento sindical português»; exigem que «todas as fases de preparação do congresso de todos os sindicatos para a unidade decorram em completa abertura à Imprensa, competindo aos trabalhadores, às suas organizações e à própria C. N. O. denunciarem e combaterem com a verdade os pontos de vista errados ou as deturpações da Imprensa reaccionária». É ainda exigido que o congresso se realize em data e com prazo «que garantam a sua democracia e possibilitem a ampla discussão de todos os trabalhadores em todas as questões».

Noutro ponto da ordem dos trabalhos, referente à «actuação futura», foram apresentadas cinco propostas, englobadas também nas conclusões do encontro. O seu teor respeita sobretudo à necessidade de se proceder à criação de estatutos da futura central sindical única, ao projecto para regulamento do con-

gresso, à criação de um fundo de maneio para ajuda nas deslocações aos encontros de trabalho dos sindicatos com menores possibilidades financeiras e à possibilidade de aqueles mesmos encontros se efectuarem aos fins-de-semana.

No final foram também aprovadas duas moções, uma de homenagem à memória de Mao Tsé-Tung e outra de apoio à luta do povo chileno.

Debate na TV

Entretanto, no programa televisivo «Terça-Feira à Noite» estiveram frente a frente José Luís Gaspar e Vítor Gonçalves, pela «Carta Aberta», e José Ernesto Cartaxo e Rúben Rolo, pela comissão organizadora provisória do próximo congresso de todos os sindicatos.

José Luís Gaspar começou por afirmar que não existe uma cisão no movimento sindical, existindo de facto uma divisão entre os trabalhadores, situação essa que se aprofundou «principalmente a partir de Janeiro de 75 com a questão da «unidade»/«unicidade» e depois se agudizou ainda mais com o congresso da Intersindical, em Julho de 75, que não só pela forma como foi preparado como por aquela em que foi realizado cavou mais fundo essa situação de divisão».

Definindo a situação presente, sob o ponto de vista da Intersindical, José Ernesto Cartaxo considerou que existem determinadas opiniões de alguns sindicatos que não são necessariamente concordantes, admitindo que uma reestruturação ou uma reorganização do movimento sindical deve ser feita dentro

das estruturas sindicais actualmente existentes, «preservando uma coisa que para nós é sagrada, que é a unidade dos trabalhadores».

Tomando a palavra, Vítor Gonçalves, considerou como fundamental a discussão prévia, pelos trabalhadores, a nível das suas próprias organizações de classe, de todos os problemas, de todas as divergências entre as várias correntes de opinião existentes no seio do movimento sindical, «de modo que fossem de facto eles os juizes, que fossem de facto todos os trabalhadores a intervir de uma forma absoluta nas decisões que viessem a ser transportadas através das direcções sindicais para qualquer reunião geral que entretanto tivesse lugar».

Mais adiante, José Luís Gaspar considerou como essencial a criação de uma comissão «que possa garantir a representação de todas as correntes de opinião sindical, sem hegemonia de nenhuma delas, portanto onde todas estejam na mesma condição, porque o que se trata não é o deliberar o que quer que seja, mas somente criar condições para que todos os trabalhadores, qualquer que seja a sua corrente de opinião político-sindical, possam, de facto, acatar aquilo que lhes é proposto por essa comissão nacional organizadora».

Rúben Rolo debruçou-se depois sobre o que se pretende construir, o que se projecta no nosso movimento sindical, construção essa que passaria por uma ampla discussão, «que deveria ter sido feita em 1975», do que é a unidade, do que é a unicidade e do que é o pluralismo». Para Rúben Rolo «só existem duas coisas: a unicidade e o pluralismo», e, quanto à unidade «que se apregoa, não é a unidade dos trabalhadores que se pretende, ela é invocada para tentar esconder qualquer coisa».

«Carta aberta» em Coimbra

J. Monc 15/8/76

Repúdio à «manipulação» da Inter

Terminaram ontem, com a aprovação de um importante documento, os trabalhos plenários dos 50 sindicatos subscritores e aderentes da «Carta Aberta», que decorreram no anfiteatro 3 da Faculdade de Letras de Coimbra.

O extenso texto, designado «Por uma ampla mobilização de todos os trabalhadores, para um congresso democrático de todos os sindicatos para a unidade, contra a demagogia, o obscurantismo e a cisão» repudia «as manobras cisionistas e de manipulação dos trabalhadores prosseguida pela Intersindical», reafirma «a sua disposição de prosseguir na luta pela edificação de uma central sindical única, democrática e independente, controlada pelos trabalhadores e ao seu serviço», não permitindo que a Comissão Nacional Organizadora do Congresso «seja minoritariamente controlada por qualquer força polí-

tica ou linha sindical» e exigindo que no Congresso «participem, sem discriminação, todas as linhas sindicais com expressão no actual movimento sindical português».

Este documento exige ainda «que todas as fases de preparação e realização do Congresso de todos os sindicatos para a unidade decorram em completa abertura à Imprensa, competindo aos trabalhadores, às suas organizações e à própria Comissão Nacional Organizadora denunciarem e combaterem com a verdade os pontos de vista errados ou as deturpações da Imprensa reaccionária».

A realização do Congresso em prazo e com data que garantam a sua democracia e possibilitem a ampla discussão de todos os trabalhadores em todas as questões, é outro aspecto analisado no documento agora aprovado.

Na reunião em que foi aprovado

este documento, foi referido que «as divergências políticas é que fazem deste plenário um plenário saudável, pois caso contrário seguiríamos as passadas da Intersindical».

Foram ainda tratadas nesta reunião diversas questões como a necessidade de se proceder à criação de estatutos da futura central sindical única, o projecto para regulamento do congresso, e criação de um futuro fundo de maneio para ajuda nas deslocações aos encontros de trabalho dos sindicatos com menores possibilidades financeiras.

Já no final da reunião foram aprovadas duas moções, uma de homenagem à memória de Mao Tsé-Tung e outra de apoio à luta do povo chileno e em memória ao sindicalista chileno Figueiroa.

De notar que, durante o decorrer desta reunião foi reafirmada de forma inequívoca a defesa intransigente de uma central sindical única.